

REVISTA **Águas** *do Rio Doce*

Fortalecendo a gestão das águas pelo desenvolvimento sustentável

Ano I -- Nº 02 -- Out/Nov/Dez/2005 -- Circulação Dirigida

Do Doce para o mundo

Riquezas da bacia para os cinco continentes

Outorga

Espírito Santo inicia campanha

Comitês

Um giro pela bacia

Entrevistas

Presidentes da FIEMG e FINDES,
Robson Braga e Lucas Izoton

Cidades da bacia

Linhares / Marhumirim

José Machado,
presidente da ANA:
"o Doce é a bola da vez"



Na história da gestão das
águas do Doce,
2005
vai ser lembrado como o
ano da busca da integração



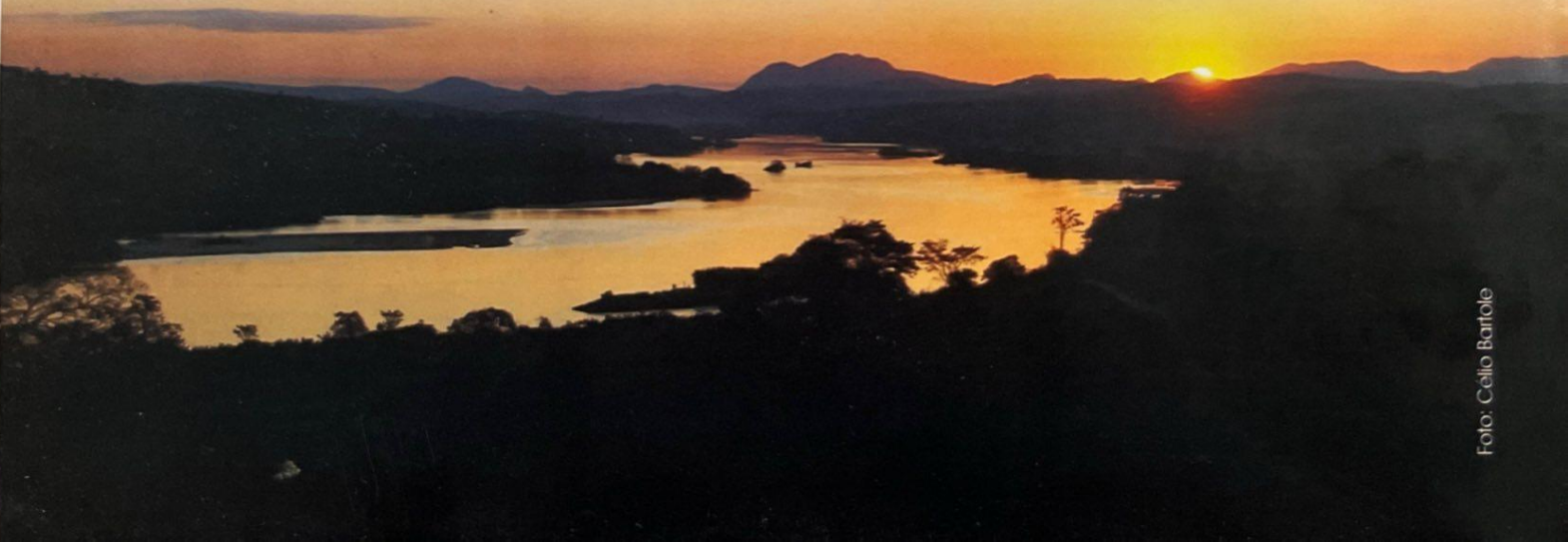
Todos trabalhamos juntos nesta direção: o CBH-Doce, CBH-Piranga, CBH-Piracicaba, CBH- Santo Antônio, CBH- Caratinga, CBH- Manhuaçu, CBH- Santa Maria, ANA, Igam e IEMA, além das Comissões Pró-Comitês dos rios Suaçuí, Guandu, Pancas, Santa Joana e São José.

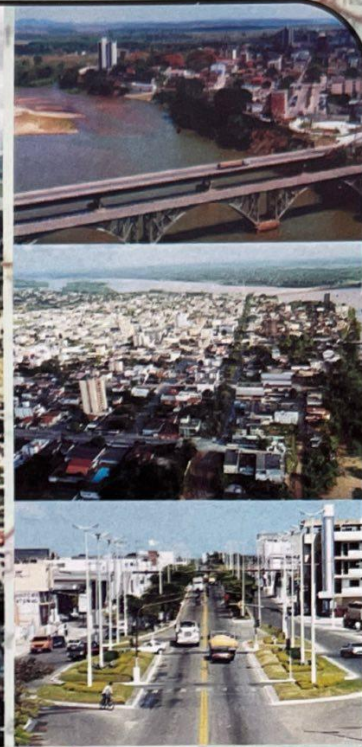
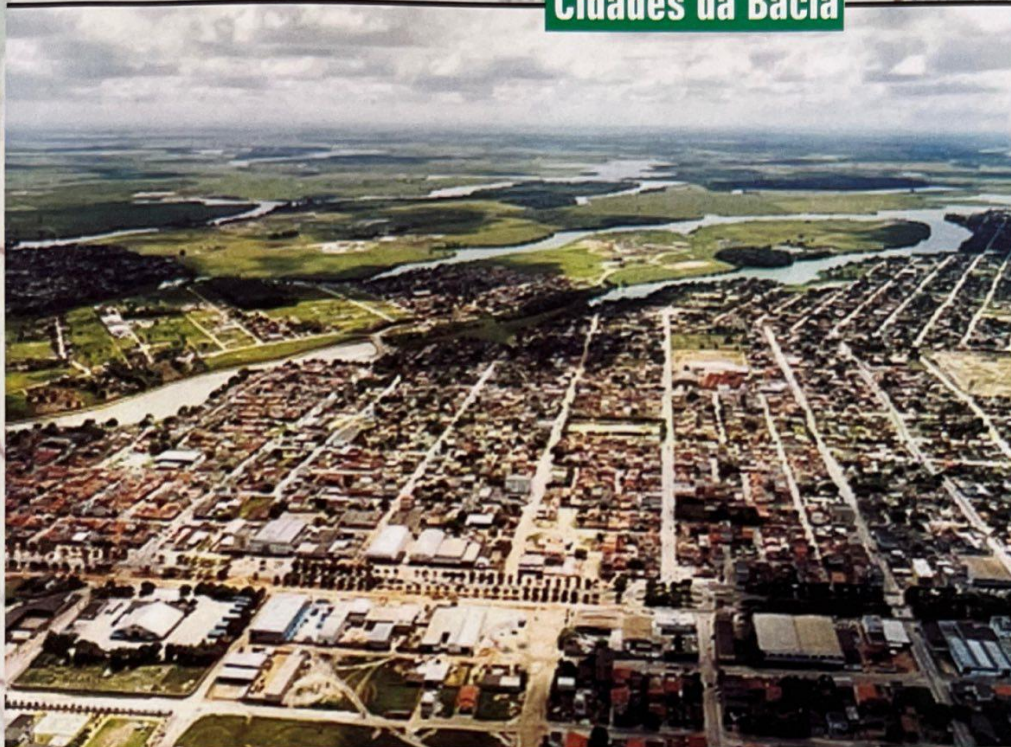
A Revista Águas do Rio Doce, já no segundo número, é um marco na consolidação desta idéia, informando, articulando, mobilizando, mas, principalmente, valorizando as ações e instituições da bacia do rio Doce.

Aqui, como no II Fórum das Águas do Rio Doce, em Colatina/2006, estaremos sempre juntos.

Parabéns, Projeto Águas do Rio Doce!

João Guerino Balestrassi
Presidente do CBH-Doce





Fotos / Assessoria de imprensa

LINHARES

Portal do Rio Doce

O município de Linhares é responsável por entregar as águas do rio Doce para o mundo. Depois de percorrerem 840 quilômetros, unindo Minas Gerais ao Espírito Santo, elas se encontram com as águas do oceano Atlântico em Regência, no ponto mais oriental do sudeste brasileiro. Por ali penetraram os portugueses, iniciando a história da região e da cidade que recebeu o nome em homenagem a D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares.

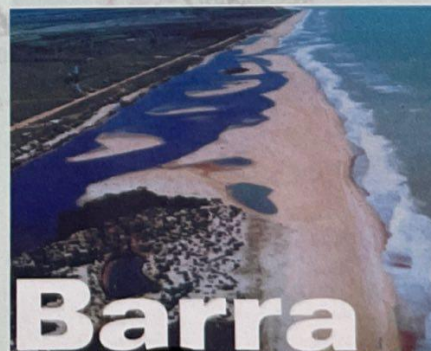
Linhares é um município de importância estratégica para o Espírito Santo e em especial para a bacia do rio Doce. Possui economia diversificada, do turismo à produção de petróleo, da agricultura à indústria. A posição privilegiada, às margens da BR 101, o grande potencial hídrico e a riqueza do seu subsolo apontam para a consolidação do desenvolvimento sustentável de Linhares.

O município destaca-se hoje por ser um

dos cinco mais importantes polos moveleiros do país. O setor emprega mais de 3 mil pessoas na cidade. A fruticultura e toda a cadeia produtiva a ela ligada merecem destaque pela importância que exercem na geração de empregos e na economia local. Um bom exemplo é a produção de mamão papaya. Linhares é a principal produtora do Brasil. Sua produção de gás natural abastece toda a Grande Vitória e duas importantes empresas, a Belgo Mineira e a CVRD.

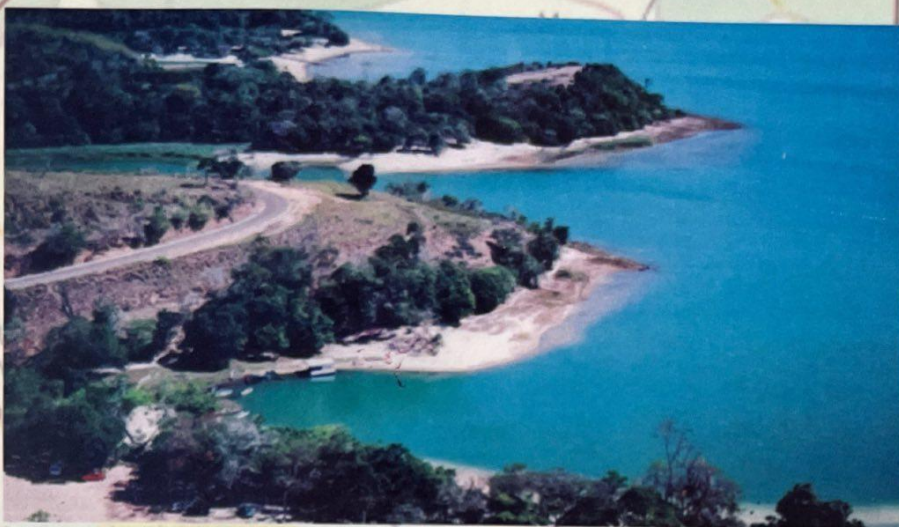
O município tem como meta asfaltar mais de 80 quilômetros de estradas vicinais, como forma de facilitar o escoamento da produção agrícola e estimular o ecoturismo e o turismo rural. O potencial turístico de Linhares abrange, além das praias, cerca de 62 lagoas, dentre elas a maior da bacia do rio Doce, a Lagoa Juparanã. O litoral abriga o Projeto Tamar, de preservação das tartarugas marinhas, e a única praia de nudismo do Espírito Santo, Barra Seca.

No encontro do riacho Seco com o mar, 60 km ao norte de Linhares, perto do balneário de Urussuquara, fica Barra Seca, a única praia oficial de naturismo do Espírito Santo e sexta do Brasil. Incluída oficialmente no guia naturista, a praia de nudismo fica situada numa ilha. A travessia é feita através de barco ou canoa. A praia é grande, com visual belíssimo.



Barra Seca

PRAIA DE NUDISMO

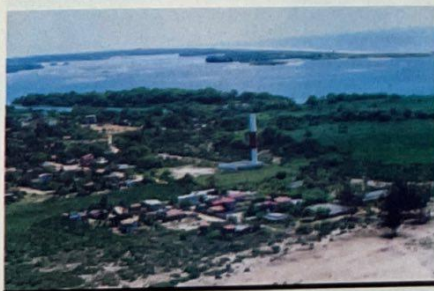
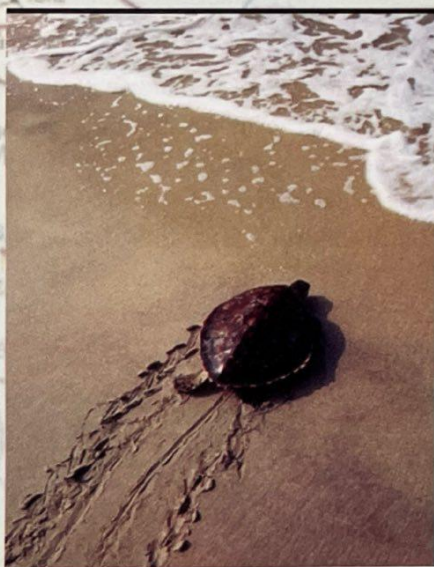


Lagoa Juparanã

O acesso à Lagoa Juparanã fica a 11 km da sede de Linhares. A segunda maior lagoa do Brasil em área, mede cerca de 25 km de comprimento por 3,8 km de largura. Seu perímetro é de 89,5 km, e a profundidade máxima é de 20 metros. A área de influência da Lagoa Juparanã atinge mais de 29 mil hectares, possuindo uma superfície de lâmina de água de mais de 6 mil hectares (60 milhões de m²). Seus principais formadores são os rios São

Rafael e São José. Desemboca no Rio Juparanã (mais conhecido como Rio Pequeno), que deságua no Rio Doce.

O recorte de suas margens forma recantos pitorescos, com praias de areias muito brancas. Suas principais praias são: Pontal do Ouro, em Sooretama, Praia da Floresta, Praia do Minotauro, Praia do Caju, Praia das Três Pontas e do Recreio, em Linhares, além da Praia Jesuína, no Município de Rio Bananal.



Vila de Regência

A pequena comunidade na foz do rio Doce, com cerca de 1,5 mil habitantes, tem na pesca e nas atividades de conservação ambiental sua principal fonte de subsistência. Fica a sete quilômetros da base do Projeto Tamar, de proteção às tartarugas marinhas.

No meio da vila, em frente ao campo de futebol, funciona o Centro Ecológico de Regência, com sala de exposições, biblioteca pública, museu histórico, auditório e trilha interpretativa até o porto.

Obrigado Rio Doce

A gente não escolhe a terra onde nasce, escolhe a terra onde quer viver. Escolhi Linhares quando ainda era um menino.

Cresci às margens do Rio Doce e aprendi com ele uma importante lição que me acompanha até hoje: nunca tente caminhar mais depressa que o rio. Apenas mova-se em absoluta serenidade, a fim de que em cada momento você esteja em casa, à vontade, Em paz com a existência.

A vida não é curta, a vida é eterna, não há nenhum motivo para a pressa. Na natureza, você vê alguma pressa? As estações chegam no seu devido tempo, as flores também. As árvores não correm para crescer depressa, porque toda natureza está consciente da eternidade da vida.

O Rio Doce é um mestre silencioso, presente em todos os momentos da nossa história. Presenteia-nos diariamente com um dos mais belos espetáculos da natureza – o encontro de suas águas com o mar.

O rio não desaparece no mar, como muita gente teme, ele se transforma em oceano.

Vive a sua eternidade.



João Carlos Elias
Prefeito de Linhares

Edição: Zaira Andrade - MTb 3169/ MG
Redação: Carlos Fontainha - Mt b 417 / MG
Fabiane Arêdes MG 10280 JP
Diagramação: Juceli Neves de Paula
jucelineves@yahoo.com.br
Ilustração: Markinho, Francisco Fernandes
Fotografia: Marcelo Sputnik, Maria Esther Arruda Kill, Pedro Fabiano, Fabiane Arêdes, Alex Cavati, Paulo Randow, Cinthia Barroca, Assessorias de Comunicação e Imprensa: Prefeitura de Colatina, IEMA, IGAM, Samarco, CVRD, Sinvesco, Aracruz, Prefeitura de Linhares, Acesita, Belgo, Credcooper, Fiemg, Findes, Prefeitura de Catas Altas da Noruega, SAAE Itabira, ANA, Prefeitura de Manhumirim.
Fotos da Capa:
Marcelo Sputnik e arquivo CVRD
Foto da capa da edição nº1:
Paulo Célio de Figueiredo
Revisão: José Carlos Cerqueira / Carlos Alberto Fontainha
Colaboração: Márcia Lima, Carlos Hugo, Priscila Fabiana, Priscila Passos, Célio Bartole, Karla Libardi, Nicholas Anacleto, Maria de Fátima Q. Martins
Impressão: Gráfica Brasil-Líder
Rua Raul Soares, 255 - Centro
Tel.: (33) 3321-2424 - Caratinga - MG
gbrasillider@prodatanet.com.br
Tiragem: 5 mil exemplares
Fale conosco:
redacao@aguasdoriodoce.com.br
Caixa Postal 13 - Dom Cavati - MG
CEP: 35 148-000

Uma publicação do:

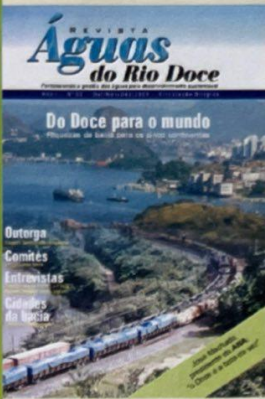
PROJETO
Águas do Rio Doce

www.aguasdoriodoce.com.br

Realização: Beira do Rio Produções /
Realiza Consultoria e Projetos

Coordenação: Edmilson Costa Teixeira
Pedro Paulo de Oliveira Martins
Zaira de Andrade Paiva

Empresas Consorciadas
MS Eventos - W. Comunicação
Dimensão Montagens - RV Eventos



Matéria de Capa

Produtos tipo exportação: Da bacia hidrográfica do rio Doce para o Mundo - 11

Especial: Giro pela bacia

Como vai o sistema de gestão de recursos hídricos - 33

Cidades da bacia

Linhares, portal do Rio Doce - 3

Manhumirim, turismo nas montanhas - 57



Entrevistas

Robson Braga de Andrade, presidente da FIEMG - 7

Lucas Izoton, presidente da FINDES - 23



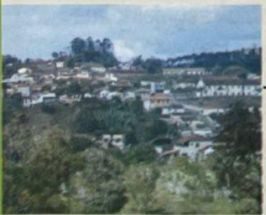
Bons Exemplos

Catas Altas da Noruega - 29

Alma do Rio - 30

SAAE Itabira - 31

Frigovati - 32



Eu Sou do Doce

Perfil do fotógrafo

Sebastião Salgado - 36



Artigos

Beto Pêgo - 14

Cláudio Guerra - 35

Aparecida Vargas - 37

Fábio Anheret - 39

Paulo Teodoro - 43

Rodrigo Flecha - 44

Leonardo Castro Maia - 53



Carta ao leitor

Há muito tempo que o homem, habitante de qualquer parte da bacia hidrográfica do rio Doce, vê nossas águas como fonte fundamental para a vida. Mas, só há muito pouco tempo a preocupação com o suprimento de água, em quantidade e qualidade, passou a fazer parte das discussões e agendas dos usuários, sociedade civil e do poder público.

Atualmente é geral a preocupação com a garantia de disponibilidade desse produto para o presente e futuro, o que dependerá de ações efetivas envolvendo todos os setores de forma sistêmica e integrada.

Sabemos que um rio de águas correntes, demonstrando vida, pressupõe que suas nascentes estão preservadas, existe cobertura vegetal nos topos de morro, a agricultura e pecuária são compatíveis com esta realidade, a cadeia produtiva é consciente. Assim fica claro que o homem também se sente parte desse sistema.

Ao contrário, quando vemos um rio com dificuldade de conduzir as impurezas que nele são lançadas, como esgoto, lixo doméstico e resíduos industriais, percebe-se logo que se trata de um rio doente. Nosso rio Doce está assim.

A bacia do rio Doce é uma potência. Temos o maior trem de carga do mundo, a maior mina de ferro a céu aberto do mundo, o maior mineroduto do mundo, o maior parque siderúrgico da América do Sul. Somos responsáveis por uma grande parcela da produção de café do Brasil, estamos bem na produção de celulose, temos um porto e abastecemos outros três. Até petróleo nós produzimos e já somos quase auto-suficientes em gás natural, entre tantas outras coisas...

No entanto, basta um olhar pela bacia para ver que as cidades cresceram, novas surgiram, chegamos a três milhões e meio de habitantes, mas também ficamos muito mais pobres ambientalmente.

Essa revista não tem a pretensão de apresentar solução para os problemas existentes na bacia, muito menos apontar todos eles um a um. Vem para tentar agregar, sensibilizar, incentivar e mobilizar segmentos na busca de idéias, ações e parcerias que visem a estancar a degradação e revitalizar a nossa bacia.

Nosso lema é fortalecer a gestão das águas em prol do desenvolvimento sustentável.

Às vezes, somente às vezes, temos a pretensão de sonhar com uma bacia ambientalmente correta,

Às vezes, somente às vezes, temos a pretensão de sonhar com a recuperação do passivo ambiental.

Às vezes, somente às vezes, temos vontade de poder falar para os amigos: "**Eu sou do doce**", e com muito orgulho.

Nessa edição, a matéria de capa, "**Do doce para o mundo**", mostra uma visão do potencial da bacia. Reflete a riqueza que de algumas décadas para cá vem contribuindo para a felicidade de muitos habitantes do planeta e criando fortunas. Os presidentes das federações de indústrias de Minas e do Espírito Santo, respondem nossos questionamentos e dão uma mostra do pensamento dos principais responsáveis pela produção de riquezas da bacia. Fazemos um giro pela bacia, olhando como estão os comitês, e ouvindo o que os gestores estão propondo, em vários artigos assinados. O Zédendagua, mais uma vez, vem dar seus palpites com muito bom humor. Novas sessões abrem espaço para o leitor, prestam homenagens a grandes nomes da bacia e lembram nosso grande encontro em 2006, durante o II Fórum das Águas do Rio Doce.

Obrigado por estar mais uma vez conosco.

Edmilson Costa Teixeira
Pedro Paulo de Oliveira Martins
Zaira de Andrade Paiva

Compromisso

com a mudança

Robson Braga de Andrade é presidente do Sistema FIEMG Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e vice-presidente da CNI Confederação Nacional da Indústria. É membro ativo de diversos conselhos de empresários ligados à temática ambiental ou de desenvolvimento, tanto em Minas Gerais como em âmbito nacional, sendo diretor ou presidente em vários deles. Nesta entrevista, analisa a participação da FIEMG na construção dos comitês de bacia e ressalta que “a participação nos diversos fóruns em que se discute meio ambiente é essencial para o fortalecimento da representação dos diversos setores industriais”.



A sociedade exige dos empresários, cada vez mais, posturas voltadas para a responsabilidade social, cultural e ambiental. Como está sendo, para as empresas, enfrentar este desafio?

Pode-se dizer que, hoje, as empresas já têm maior conhecimento da questão ambiental e das obrigações dela decorrentes. Para as grandes empresas, meio ambiente é um assunto tratado de forma madura e eficiente. As maiores dificuldades são percebidas, entretanto, quando se trata das médias e pequenas empresas. As obrigações são as mesmas, mas a capacidade financeira e de gestão propriamente ditas constituem um entrave ao atendimento das obrigações ambientais. Essa tem sido a maior dificuldade.

A FIEMG tem investido significativamente no apoio e no incentivo às empresas para que cumpram este papel. Tem, inclusive, Conselhos de Empresários para o Meio Ambiente. Os empresários mineiros estão receptivos/participativos?

O empresariado mineiro tem demonstrado maior participação nas discussões sobre os temas ambientais. O CEMA é um órgão colegiado, constituído por empresários, especialistas e/ou presidentes de sindicatos patronais e exerce o papel de integrar e desenvolver os setores industriais para as questões ambientais. Tem, ainda, o papel de subsidiar as decisões do Sistema FIEMG, contribuindo para o fortalecimento da representatividade empresarial em âmbito

estadual e federal.

A FIEMG participa ativamente nos diversos conselhos de gestão ambiental e de recursos hídricos, a exemplo dos CBHs, COPAMs, etc. Esse é um bom caminho? A gestão participativa tem atendido às expectativas do empresariado?

A participação nos diversos fóruns em que se discute meio ambiente é essencial para o fortalecimento da representação dos diversos setores industriais. Com isso, pode-se conhecer, discutir, propor e influenciar as decisões mais importantes da política de gestão ambiental do Estado. A FIEMG determinou como prioridade a representação nos diversos comitês de bacia, no Conselho

Estadual de Política Ambiental, tanto nas Câmaras Técnicas como nas Unidades Regionais Colegiadas, de forma a garantir a participação de representantes ligados às diversas regiões do estado, que conheçam a realidade local e regional. Mais ainda, está presente em todos os Grupos de Trabalho criados para elaboração ou modificação das normas que tenham impactos sobre a atividade industrial. Conhecer os parceiros de discussão, participar emitindo opinião, buscar o consenso, com certeza, é um caminho eficaz e gerador de bons resultados, não apenas para o setor produtivo, mas, e principalmente, para a sociedade como um todo.

Como é hoje produzir para o exigente mercado externo?

Nesse aspecto, a questão tecnológica é fundamental. As indústrias têm que estar em dia com as melhorias tecnológicas e de gestão, de forma que possam manter a competitividade e sustentabilidade de suas atividades. Além disso, a responsabilidade social e ambiental é cada vez mais percebida como um fator que deve estar incorporado ao processo de produção empresarial.

Em sua opinião, qual o caminho para que Minas Gerais, em especial a Bacia do Rio Doce, possa ser exemplo de desenvolvimento com sustentabilidade, resgatando até mesmo dívidas ambientais do passado?

O melhor caminho é da busca de um sentido comum para o conceito de desenvolvimento sustentável, entre os principais atores envolvidos: governos, sociedade civil e empresas. Não se admite mais, hoje em dia, promover o crescimento econômico sem respeito ambiental e sem uma clara abordagem de inclusão social. Por outro lado, é inadmissível não promover o desenvolvimento que, de forma sustentável, permita a geração de riqueza. Se soubermos evoluir enquanto sociedade, poderemos promover a inclusão social e assegurarmos um mundo sadio para as futuras gerações. Mas se não tivermos a geração de riquezas,

nada disso é possível. Quanto ao resgate das questões ambientais passadas, precisamos ter em mente que somos frutos de um processo evolutivo que, há décadas passadas, não valorizava as questões ambientais como hoje. Claro que essa foi uma mudança positiva e essencial para nossa sobrevivência. Mas não podemos fazer a mudança de forma tão brusca que coloque em risco a atividade empresarial, sem a qual não seria possível a geração de riquezas. O setor empresarial está cada vez mais consciente de sua capacidade de contribuir para mudarmos na direção desejada e compareceremos sempre às discussões visando construir a nova realidade que queremos. E sabemos que o pensar global deve se realizar através da ação local. Assim, as bacias hidrográficas assumem um papel cada vez mais significativo na construção dessa nova realidade, pois permitem que os diversos segmentos da sociedade trabalhem com objetivos comuns e promovam alianças estratégicas. Por entender assim, a FIEMG tem participado ativamente no processo de construção dos comitês de bacia. Em alguns casos, como o do rio Doce, a FIEMG ofereceu sua infraestrutura para sediar o comitê, atua como secretaria executiva e participa ativamente na construção da agenda, demonstrando seu sólido compromisso com a causa.

Este ano o governador Aécio Neves assinou o decreto regulamentando a cobrança pelo uso da água no estado. Outorga e cobrança ainda são expressões que assustam o empresariado?

Não causam mais sustos ao empresariado, pois o entendimento é de que outorga e cobrança são instrumentos de gestão e como tal devem ser utilizados. Tanto é assim, que em nenhum momento o setor industrial assumiu posição contrária ou de imposição de dificuldades duradouras à implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Nosso posicionamento tem sido no sentido de busca de soluções que sejam aplicadas a tempo de corrigir a triste realidade de nossas bacias hidrográficas, pois acreditamos que as conseqüências recairão sobre nós mesmos. As disposições, no entanto, não podem atropelar os pressupostos legais e penalizar apenas um dos usos múltiplos das águas. A FIEMG vem promovendo o debate entre seus associados. Como exemplo tivemos o recente seminário "Cobrança e Agências: Desafios da Implementação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos", com a apresentação das opiniões do setor público, sociedade civil e do setor produtivo, transmitido pelo sistema de teleconferência da FIEMG para suas 10 regionais, atendendo a um público aproximado de 400 pessoas.

“ Não se admite mais, hoje em dia, promover o crescimento econômico sem respeito ambiental e sem uma clara abordagem de inclusão social ”

No fundo, trabalhamos por uma razão muito simples:
nós acreditamos no ser humano.

A Samarco é uma empresa brasileira que extrai, produz, beneficia e exporta o minério de ferro que se transforma em soluções que ajudam a mover o mundo. E também investe continuamente em ações socioambientais, contribuindo para que o mundo caminhe na direção da ética, da dignidade e do respeito ao ser humano. Estes são nossos valores, esta é a nossa busca. Samarco. A gente sonha, a gente faz.

SAMARCO

www.samarco.com

Cesan inaugura Estação de Tratamento de Esgoto em Santa Teresa

O Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Cesan, inaugurou o Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Santa Teresa, com investimento de cerca de R\$ 6 milhões. A solenidade, que contou com a presença do governador Paulo Hartung, da diretoria da empresa e autoridades locais, ocorreu no dia 31 de agosto.

O sistema de coleta e tratamento de esgoto vai beneficiar cerca de 8 mil moradores do centro da cidade e dos bairros Jardim da Montanha, Vila Nova, Alvorada, Dois Pinheiros, Centenário, Canaã, São Lourenço e Eco. É composto de Estação de Tratamento, rede coletora, ligações prediais, elevatórias de esgoto bruto e respectivas linhas de recalque e emissário.

Durante a inauguração, o governador Paulo Hartung destacou a importância do investimento que a Cesan fez no município, mas ressaltou que a coleta e o tratamento de esgoto é uma tarefa que precisa ser feita com a parceria das prefeituras e dos cidadãos: "Não adianta ter uma rede de coleta de quase 30 quilômetros, como temos aqui em Santa Teresa, se as residências, o comércio e as indústrias não fizerem a ligação à rede. O mais difícil o governo já fez, que foi viabilizar este sistema de tratamento de esgoto na cidade. Agora é trabalhar para fazer 100% das ligações".

Hartung afirmou que Santa Teresa pode ser um exemplo para o Espírito Santo. Ele ressaltou que o município já é uma referência ambiental no estado e que o sistema de tratamento de esgoto vai consolidar esta posição.

Cobertura Total

O diretor da Cesan, Paulo Ruy Carnelli, afirmou que, com a obra, Santa Teresa terá praticamente 100 % do esgoto tratado corretamente, além da despoluição do Rio Timbuí. Ele destacou ainda a recuperação financeira do estado e da Cesan. "E com esta recuperação foi possível inaugurar uma obra como esta. O investimento é de cerca de R\$ 6 milhões, recursos da Caixa Econômica Federal (CEF) e próprios da Cesan", finalizou.

A secretária de Estado de Desenvolvimento de Infraestrutura e dos Transportes, Rita Camata, destacou que Santa Teresa é o berço do desenvolvimento sustentável no Espírito Santo. "Este investimento é um reconhecimento à importância do município tão essencial para a vida do cidadão. Vai potencializar a vocação turística de Santa Teresa, além de contribuir para a saúde preventiva da população e dos visitantes".



Coordenadoria de Comunicação Empresarial da Cesan - Leila Oliveira
Tels: 3132 8292 / 9962 3973 E-mail: comunica@cesan.com.br

do Doce para o mundo

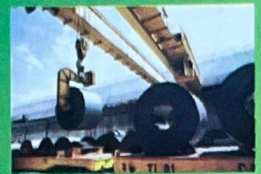
Dá para arriscar e dizer: em cada lar, de qualquer parte do mundo, tem um pedacinho da bacia do Doce.

Na fabricação dos automóveis, eletrodomésticos e outros objetos, é bem provável que as chapas ou lâminas tenham sido produzidas no Vale do Aço. Talvez o minério de ferro utilizado como matéria prima seja de Itabira ou Mariana.

Na mesa, café e frutas tropicais podem ser das montanhas de Manhuaçu e Caratinga, ou das planícies de Linhares.

No papel dos livros e jornais, celulose do Doce, eucalipto das margens do Suaçuí. Quem sabe, no piso da sala ou na bancada da pia, granito do entorno de Colatina. Talvez até ainda exista no cofre uma jóia de família ornada de pedras semi-preciosas da região de Valadares, feita com ouro retirado do ribeirão do Carmo, na antiga Vila Rica.

Qual o custo ambiental originado da produção e exportação dessas riquezas?



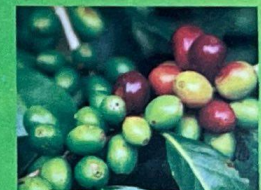
Siderurgia da bacia gera 18% do PIB de Minas Gerais



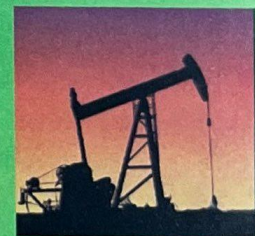
Vale tem a maior mina a céu aberto do mundo



Florestas de eucalipto são fontes renováveis de riquezas



Café de qualidade conquista mercado externo



Petróleo e gás natural: energia para o desenvolvimento



Ferrovia, rodovias e portos: logística privilegiada



Não importa qual a fruta. Desde que seja doce.



do **Doce para o mundo**

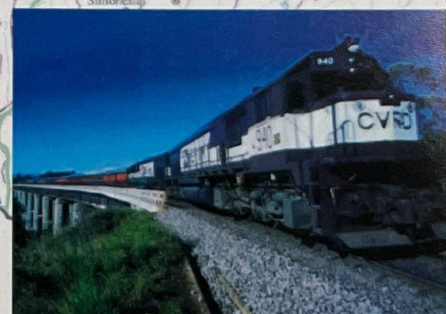
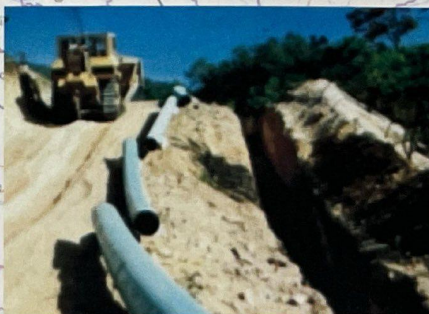
Trens, caminhões e navios transportam as riquezas do Doce

Escoamento de produção não é problema na bacia do rio Doce. A infra-estrutura de transporte inclui mais de 11 mil quilômetros de rodovias, cerca de mil quilômetros de trilhos ferroviários e um mineroduto com 396 quilômetros de extensão. Tudo isto interligado a um poderoso complexo portuário em Vitória, Vilha Velha, Anchieta e Aracruz que, embora não esteja situado na área da bacia, é a porta de saída de mais de 200 milhões de toneladas de cargas diversas por ano, com ênfase para o minério de ferro, produtos siderúrgicos e celulose.

A história da ocupação da porção média da bacia do rio Doce está vinculada ao início da implantação dessa infra-estrutura, com a construção da estrada de ferro Vitória a Minas a partir de 1903. De lá para cá novos caminhos foram sendo abertos, cortando a bacia de norte a sul e de leste a oeste.

Embora com relação a manutenção precária, não estejam em situação diferente da maioria das estradas brasileiras, hoje destacam-se pela importância na bacia as rodovias BR 416 (Rio-Bahia) e 101, no eixo norte/sul; 259, 262 e 381 nas direções transversais. Estas e as demais estradas de ligação, como a MGT 458 ou a ES 080 formam uma rede que coloca a região em contato com todas as partes do país.

A ferrovia Vitória a Minas transporta mais de 125 milhões de toneladas por ano, ou 45% de toda a carga ferroviária do país. São, no mínimo, setenta trens de carga por dia mais uma linha de passageiros ligando a capital mineira à capital espírito-santense, com dois trens diários (um de ida e um de volta) atravessando a bacia e transportando uma média de 3 mil



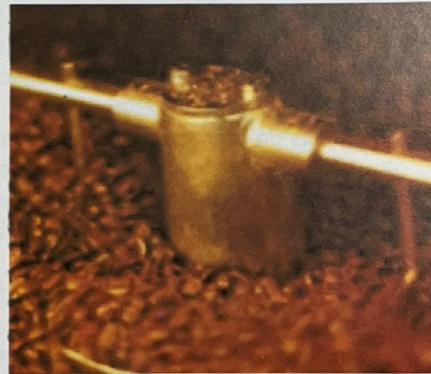
pessoas por dia (ou o equivalente a oitenta ônibus).

No baixo rio Doce, está sendo construído um terminal rodoferroviário de cargas, para ampliar e modernizar ainda mais o

potencial de transporte da bacia. Com capacidade para 650 mil toneladas por ano, o "porto seco" vai atender principalmente à exportação da produção de granito da região de Colatina.



A MIGOS REUNIDOS EM TORNO DA BOA MESA. A ÁGUA FERVENDO NO FOGÃO A LENHA ESPERA PARA COAR UM DELICIOSO CAFEZINHO. É HORA DE BEBERICAR UM LICOR ACOMPANHADO DE UM DEDO DE PROSA. TEM SIDO ASSIM HÁ MAIS DE CINQUENTA ANOS NA FAZENDA DO GAVIÃO. O CAFÉ, COLHIDO E SELECIONADO POR MÃOS HABILIDOSAS É TORRADO NO PONTO CERTO PARA MANTER SEU AROMA E SABOR INIGUALÁVEIS. OS LICORES TRADICIONAIS, DE CAFÉ, LEITE OU FRUTAS, SEGUEM RECEITAS DE FAMÍLIA, GUARDADAS A SETE CHAVES.



CONHEÇA NOSSOS PRODUTOS.

TARUAÇU DE MINAS - TARUMIRIM - MG

www.fazendadogaviao.com.br



Rio Doce: o futuro do passado

Beto Pego*

Quem hoje estuda a Bacia do Rio Doce acostumou citar o fato de que aqui estão instaladas empresas responsáveis por 20% do Produto Interno Bruto de Minas Gerais, que aqui existem 230 municípios e nesta região vivem cerca de 3,5 milhões de habitantes. De tanto falar em números tão expressivos às vezes não nos lembramos de que, no início, essa região era um pouquinho diferente.

Eu queria começar a contar esta história a partir do ano de 1494, portanto, antes do "descobrimento" do Brasil. Foi naquele ano que Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Tordesilhas dividindo as futuras terras a serem conquistadas. O Tratado dividiu a América do Sul em duas partes.

Muitos cronistas da época disseram que os espanhóis tiveram mais sorte que os portugueses. Logo nos primeiros anos de conquista e colonização de sua parte da América, a Espanha entrou em contato com as comunidades indígenas da região, que além de muito desenvolvidas socialmente, possuíam uma grande riqueza material. A prata, o cobre e o ouro eram minerais muito apreciados pelos índios e eles conheciam inúmeras minas na região onde hoje estão a Argentina, Chile, Peru, Bolívia e Equador. Os europeus, como se sabe, não pensavam em outra coisa.

Os portugueses no Brasil, de fato, não tiveram a mesma sorte dos espanhóis. O que a Espanha conseguiu no primeiro ano, Portugal levou 200 anos para descobrir. E é assim que o Rio Doce entra nesta história.

Depois de passar dois séculos percorrendo o Brasil de alto a baixo, os descendentes de portugueses acabaram descobrindo o primeiro veio de ouro justamente na Bacia do Rio Doce, na região onde hoje estão situadas as cidades de Mariana e Ouro Preto.

Sim, é importante que se diga que depois de meio milênio de colonização portuguesa, até hoje muitas pessoas não sabem que estas duas importantes cidades do ciclo histórico do ouro no Brasil fazem parte da Bacia do Rio Doce.

Naquela época, de uma hora pra outra, a região passou a receber fluxos migratórios intensos, formados por gente que abandonou os canaviais e engenhos do Nordeste. Ouro Preto, em poucos anos, tornou-se mais populosa do que Nova Iorque. Foi tanta gente reunida que não havia produção na

região capaz de alimentar a todos. Uma galinha, por exemplo, valia o seu peso em ouro.

Foi assim, de modo desordenado e hostil, que o Rio Doce inaugurou a sua internacionalização, saltando para o estrelato mundial como a principal província aurífera da Coroa Portuguesa. Foi da Bacia do Rio Doce que saiu a riqueza que permitiu a Portugal pagar parte da sua dívida com outros países europeus e alimentar um modo de vida faustoso e esbanjador.

Depois de 100 anos de exploração, a força do ouro diminuiu e passou-se a estudar a utilização de outros minerais não tão nobres, mas que poderiam ser explorados de modo rentável. O minério de ferro foi a bola da vez. Em 1827 Jean de Monlevade subiu o Rio Doce com maquinaria pesada de metalurgia, e se instalou na Bacia do Rio Piracicaba abrindo a era da siderurgia brasileira. Como se vê, não é à toa que a maior mineradora à céu aberto do mundo carrega no seu nome a marca do Vale do Rio Doce.

Como este 2º número da revista traz como tema a relação do Rio Doce com o resto do mundo, seria conveniente recordar que estes 500 anos de colonização predatória não se preocuparam com a superação das desigualdades sociais e regionais da bacia. Ao contrário, este problema parece ter se agravado bastante.

Começamos exportando ouro, depois minério de ferro, madeira, celulose, energia elétrica e granito. Como estas atividades econômicas acabaram não gerando desenvolvimento social, passamos a ser também grandes exportadores de gente. Nossa juventude, a força produtiva com maior potencial de transformação da bacia, já descobriu que existem poucas oportunidades de crescimento nas cidades do vale. Muitos se foram para outras regiões do Brasil, ou foram engordar a legião de *brazucas* nos Estados Unidos e Europa.

Agora que a Bacia do Rio Doce vem se colocando de pé e encontrando vários canais de debate como os comitês, a CIPE, as ONGs, talvez fosse adequado aproveitar o espaço criado pela revista para fazer uma pergunta a ser respondida nos próximos números: **tendo um passado como este, que futuro podemos esperar?**

Filósofo, ambientalista e assessor técnico da CIPE Rio Doce

Atividade de peso: mineração alimenta indústrias

Pode parecer mania de grandeza, mas, na área de mineração, a bacia do rio Doce é mesmo exagerada. Ficam aqui a maior mina a céu aberto do mundo, o mais extenso mineroduto do mundo e o maior trem de carga do mundo, com até 320 vagões. O carro chefe é o minério de ferro, mineral mais produzido e consumido no planeta. As duas maiores exportadoras de minério de ferro do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Samarco, atuam na bacia. Juntas respondem pela metade do mercado transoceânico de minério aproximadamente. Um dos ports para exportação do minério do Doce, (Tubarão, em Vitória) é o maior do Brasil.

Quase a totalidade do minério de ferro produzido na bacia é utilizado na produção de aço e ferro fundido para alimentar outras indústrias. Suas principais aplicações são na construção civil, indústria automotiva e produção de eletrodomésticos. Além da destinação ao mercado interno (siderúrgicas brasileiras) os principais mercados compradores do nosso minério ficam na Ásia (Japão, China e Coreia do Sul), na Europa, Oriente Médio, África e Américas. Parte é transformado em pelotas antes da exportação, parte é exportada in natura.

De Itabira, na bacia do rio Santo Antônio, área de atuação da CVRD, o minério é transportado por trem, pela centenária Estrada de Ferro Vitória Minas até o complexo portuário situado no Espírito Santo. São anualmente quase 100 milhões de toneladas. Já o minério produzido nos municípios de Mariana e Ouro Preto pela Samarco é transportado através de um mineroduto há 28 anos em operação. A tubulação com quase 400 quilômetros de extensão corta cerca de 25



Foto: arquivo Samarco

municípios até o terminal marítimo de Ponta de Ubu, em Anchieta, no Espírito Santo. Dentro, uma polpa composta de 70% de minério e 30% de água do rio Piracicaba faz

uma viagem que dura 63 horas. Atualmente são 14 milhões de toneladas anuais e em breve, com a construção de novo mineroduto, deverão ser 21,6 milhões de toneladas por ano.

Opinião

A mineração é um dos setores básicos para a economia do Brasil e em especial da bacia do rio Doce.

O setor mineral tem se esforçado para atender as crescentes demandas ambientais da legislação e da sociedade. Várias empresas têm buscado atuar com modernas tecnologias ambientais reconhecendo como legítimas as reivindicações das comunidades em que atuam.

Os investimentos estão crescendo nas áreas de monitoramento e controle, recuperação e proteção de florestas, entre outros.

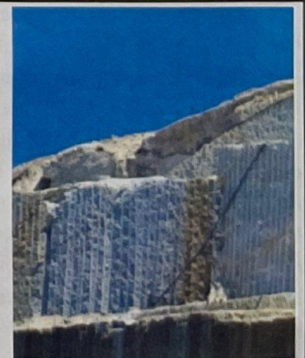
Os empresários estão atentos às evoluções ambientais necessárias e interessados em participar cada vez mais nas diversas instâncias colegiadas do setor, a exemplo dos conselhos de meio ambiente e dos comitês de bacias hidrográficas.

Vitor Feitosa - Presidente do Conselho dos Empresários para o Meio Ambiente (CEMA) da FIEMG e secretário executivo do CBH-Doce

Exportação peso pesado

Uma das atividades minerárias que mais vêm crescendo na bacia é a exploração de rochas ornamentais, em especial o granito. Essa expansão é possível devido às novas tecnologias e corte e acabamento disponíveis. O Brasil exporta perto de 6 milhões de toneladas por ano. Praticamente a metade sai de minas localizadas no Espírito Santo. Grande parte delas, da região de Colatina.

Se por um lado representa mais divisas para o estado e para o país, por outro vem levantando questionamentos junto à população já que seu transporte, complica o trânsito na região e provoca aumento no número de buracos nas estradas.



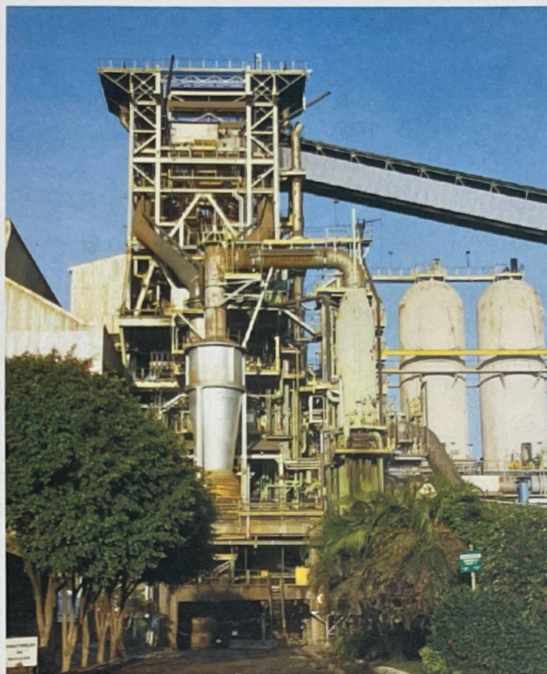
Aço forte: liderança nacional em siderurgia

A bacia do rio Doce abriga o maior complexo siderúrgico da América do Sul e um dos 20 maiores do mundo, tendo à frente a Usiminas em Ipatinga, Acesita em Timóteo e Belgo Mineira em João Monlevade. A região ofereceu condições favoráveis ao desenvolvimento dessa indústria graças à proximidade do quadrilátero ferrífero com sua enorme jazida de minério de ferro (matéria prima), à abundância de matas (fonte original de carvão), água (fonte geradora de energia elétrica) e às boas condições de escoamento da produção. A localização privilegiada da bacia dentro do Brasil e da América do Sul possibilita às empresas aqui instaladas, em condições competitivas, escoar seus principais produtos.

A implantação da siderurgia na bacia do Doce, a exemplo do restante do país, foi baseada em forte presença do Estado. Em 1991 iniciou-se o processo de privatização das siderúrgicas, ampliando sua penetração no mercado internacional. A siderurgia brasileira é considerada hoje uma indústria competitiva em nível mundial, apresentando um dos mais baixos custos de produção entre os principais países produtores. O chamado Vale do Aço, localizado no ponto central da bacia do rio Doce, lidera o mercado nacional do setor.

Das tímidas 50 mil toneladas anuais, capacidade de produção inicial da primeira siderúrgica, a Belgo-Mineira, em 1937, a bacia do Doce avançou para os atuais cerca de 10 milhões de toneladas de aço produzidos por ano. Deste total, quase 1 milhão de toneladas é de aços especiais, a exemplo dos inoxidáveis. Todo o aço exportado sai da bacia através da ferrovia Vitória a Minas, seguindo de navio para dezenas de países da Europa, Ásia e América do sul, além dos EUA.

Outra empresa de destaque nacional é a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), que, apesar de não ter sua sede na bacia está intimamente ligada a ela: usa minério de ferro do Doce e possui um porto que propicia o escoamento da nossa produção. Localizada na região da Grande Vitória, no Espírito Santo, a CST integra-se à bacia por uma bem aparelhada malha rodo-ferroviária e um excelente complexo portuário, dentre os mais eficientes do mundo.



Opinião

Uma breve análise dos remanescentes históricos da bacia do rio Doce nos mostra que o modelo de desenvolvimento adotado foi utilitarista e extrativista, resultando no enorme passivo ambiental existente hoje. Este crescimento trouxe inegáveis avanços econômicos e sociais para a bacia, mas levou também à inegável degradação.

Entre outras coisas, podemos observar que, apesar do incentivo à produção de eucalipto, ainda permanece a demanda pela mata nativa. Daí, ficam no ar as perguntas: a bacia hidrográfica do rio Doce suporta mais empresas com esse perfil? As que estão instaladas têm programas e projetos para resgate deste passivo? A cobrança pelo uso da água é instrumento suficiente ou eficiente para promover o resgate desse passivo?

Ao longo dos anos, a ciência e o direito foram maximizados em detrimento da participação da sociedade. Após a Lei 9.433, a grande diferença passou a ser a possibilidade de participação da sociedade civil. No entanto, entendemos que os mecanismos de empoderamento ainda são insuficientes para efetivar essa participação. No CBH-Doce, por exemplo, a sociedade civil é minoritária numericamente e mal aparelhada em termos de recursos técnico/financeiros.

As ONGs da bacia hoje vivem a expectativa de verem seus projetos de preservação e recuperação apoiados pelo setor usuário de água, o que de certa forma ainda acontece timidamente. Para o futuro, o grande desafio será agregar todo esse conhecimento científico-tecnológico empregado no fortalecimento da produção para que ele seja disponibilizado, não só para o resgate dos passivos ambientais, como para a consolidação desse paradigma emergente de desenvolvimento sustentável.

Rômulo Corgozinho,
vice-presidente do CBH-Piracicaba

Celulose

Faz um belo papel lá fora

O Brasil é o sétimo maior produtor mundial de celulose e o décimo segundo maior produtor de papel, além de ser um dos quinze maiores mercados consumidores. O conjunto de 220 empresas emprega diretamente 102 mil pessoas, sendo 64 mil na indústria e 38 mil em suas atividades florestais. O país tem hoje 5,4 milhões de hectares em matas plantadas para uso industrial.

Atuam na bacia do rio Doce duas empresas de grande porte com participação significativa no mercado internacional: a Cenibra, do lado mineiro e a Aracruz Celulose, do lado capixaba. Ambas trabalham com celulose branqueada de eucalipto, matéria prima proveniente de suas plantações florestais. A exportação da produção é feita por um porto

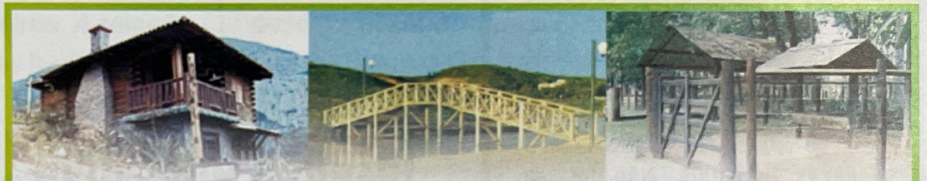
privativo especializado, Portocel, localizado no Espírito Santo. Em 2004, só a Cenibra produziu cerca de 940 mil toneladas de celulose, sendo a maior parte (94%) exportada para a Europa, Ásia, América do Norte e América do Sul.

Na produção de papel, destaca-se a Fábrica de Papel Santa Therezinha S/A (Santher), instalada em Governador Valadares, em 1984, então com capacidade de 15.000 toneladas ao ano (hoje, o dobro). Produz papéis sanitários de folha simples e guardanapos, num total de 2.500 toneladas por mês, gerando cerca de 800 empregos diretos, indiretos e terceirizados. Em 2003 e 2004 a unidade de GV exportou para a República Dominicana um total de 150 toneladas/ano.



Do eucalipto ao papel

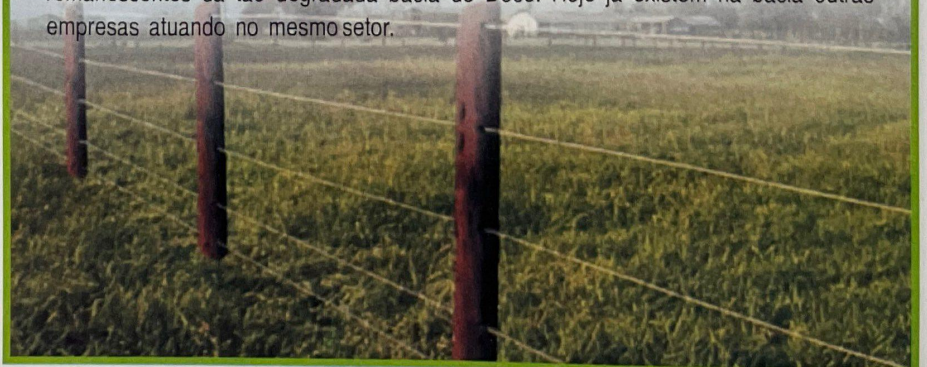
Antes de chegar às suas mãos em forma de um livro ou revista, guardanapo ou embalagem de algum produto, o papel percorre um longo caminho. No começo ele é um produto agrícola, em forma de eucalipto nos enormes plantios que hoje ocupam boa parte da bacia do rio Doce. Depois segue para a indústria. De árvore é transformado em celulose. Outro tipo de indústria beneficia essa matéria-prima para que finalmente possa ser chamada de papel. E a cadeia produtiva não pára por aí. Depois de pronto o papel pode passar ainda pelas indústrias de artefatos, produção gráfica e editoria além de atividades de comércio, distribuição e transporte.



Madeira nativa x reflorestada

Introduzido na bacia para ser transformado em carvão para as siderúrgicas, o eucalipto ganhou status e hoje tem múltiplo uso, desde a construção civil ao mobiliário. Recebido com receio pelos proprietários rurais quando chegou ao mercado, o eucalipto tratado mostrou ao que veio e ocupou o espaço merecido. Hoje é preferido em detrimento da madeira nativa para a construção de cercas, currais e até mesmo de quiosques, estruturas de lazer e residências na zona rural. Vem conquistando os corações dos arquitetos, com seu apelo ecológico, substituindo a madeira nativa nas construções charmosas no campo ou na cidade.

Pioneira na região em tratamento de eucalipto em escala, a Preservar, empresa sediada no distrito industrial de Santana do Paraíso, no médio rio Doce, entrou no mercado em um momento importante para a diminuição da pressão sobre as florestas remanescentes da tão degradada bacia do Doce. Hoje já existem na bacia outras empresas atuando no mesmo setor.



Fotos: arquivo Preservar

Opinião



Lição para o futuro

A nossa responsabilidade, diante da complexidade das relações da sociedade com os recursos naturais, é imensa para assegurar condições de bem-estar social para uma velhice condigna e também para nossos filhos e netos. Ao longo do tempo, por muitas razões socioeconômicas e culturais, a bacia do rio Doce foi sendo degradada e esse passado deve servir de lição para o futuro.

O rio Doce, que nasce nas montanhas de Minas e deságua na costa do Espírito Santo, passando pela outrora exuberante Mata Atlântica, corria e corre numa região ainda rica, atraindo, desde séculos passados, colonos e aventureiros, por causa de recursos minerais abundantes e riquezas florestais. Não foi um crescimento equilibrado e desejável.

A pressão sobre a natureza naquela região resultou em desmatamentos, rompimento do equilíbrio nos ecossistemas, erosão laminar e profunda do solo, poluição dos recursos hídricos, entre outras conseqüências socio-ambientais. Felizmente, as comunidades mineira e capixaba se mobilizam para corrigir distorções e implementar programas ambientais corretos, o que nos leva a confiar num futuro com mais prosperidade e segurança.

Vale lembrar ainda da capacidade fotossintética da bacia do rio Doce para produzir alimentos, fibras e biomassa, devendo-se reconhecer, por inteiro, que o manejo dos recursos naturais, integradamente, sempre foi desafiante, o é e será no futuro. A sociedade civil, em todos os níveis, deve participar ativamente da discussão das questões ambientais, assegurando condições mínimas para mais qualidade de vida no campo e nas cidades.

Adolpho Valladares Portela,
diretor de Gestão Participativa do IGAM



Foto: arquivo CREDCOOPER

Características que fazem a diferença no seu café

Corpo: é a sensação causada pela persistência do paladar, onde se percebe se o café é suave ou forte.

Acidez: um leve sabor cítrico é uma das qualidades mais desejadas para a bebida. É também o que dá aroma ao café.

Amargor: uma curiosidade é que esse gosto é produzido pela cafeína. Nos cafés especiais busca-se o equilíbrio, enquanto os de grande amargor são de qualidade inferior.

Doçura: cada café tem seu teor. Alguns são tão doces que não precisam ser adoçados para serem saboreados.



Vai um cafezinho aí?

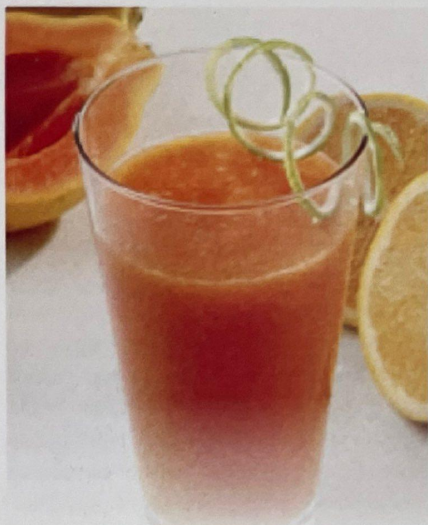
Qualidade conquista mercado externo

O Brasil sempre foi o maior exportador de café do mundo, atendendo mercados consumidores nos Estados Unidos, Japão e países da Europa. A bacia do rio Doce é responsável por cerca de 8% do volume exportado, em duas linhas diferentes de café: robusta e arábica.

Nas regiões mais baixas e quentes da bacia do Doce, concentra-se o café robusta ou conilon, fazendo do Espírito Santo o maior produtor do Brasil, responsável por 70% da produção nacional. A área plantada no estado ocupa hoje perto de 300 mil hectares, a maior parte utilizando fortemente a irrigação. O conilon é utilizado especialmente na indústria de café solúvel.

O café arábica é cultivado nas regiões mais altas e frias da bacia, concentrando-se principalmente (cerca de 80%) nas vertentes da serra do Caparaó. Segundo o presidente da Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais da Região de Caratinga (Credcooper), Sérgio Stevanato, em torno de 70% da produção da bacia do Doce é de cafés de bebida de boa qualidade. Os cafés especiais, tipo *gourmet*, somente agora começam a ser produzidos na região. As estimativas de Stevanato apontam cerca de 200 mil sacas neste segmento, sendo 80% delas destinadas à exportação.

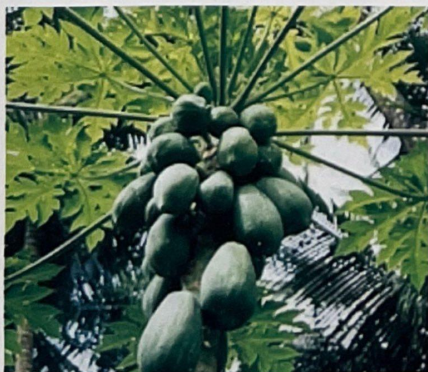
A Europa apresenta o maior consumo mundial de café, com destaque para a Alemanha e França. O mercado é exigente quanto à origem do produto, qualidade e cuidados sócio-ambientais. "Atualmente o Brasil se preocupa com a qualidade do café e com o desenvolvimento social, o que já acontece há muito tempo na Colômbia, mas não acontecia aqui", afirma João Paulo, assessor da empresa exportadora Gourmet Brasil. Assim, orientados pelas cooperativas, associações e exportadores, os produtores da bacia do Doce estão procurando investir em práticas e tecnologias como adensamento, adubações corretas, irrigação racional, condução das lavouras com podas, conservação do solo e destinação correta das águas residuais oriundas do despulpamento do café.



Frutas e Sucos tipo exportação

Nos últimos treze anos o Brasil mais do que quadruplicou o volume de exportações de frutas, passando de US\$ 54 milhões para mais de US\$ 240 milhões anuais. As principais frutas exportadas frescas são manga, melão, uva, banana, maçã e mamão papaia, que, juntas, representam cerca de 80% do valor das exportações. Boa parte deste total é produzida na bacia do Doce, concentrando-se especialmente na sua porção baixa. Normalmente são culturas irrigadas, a exemplo das produções de mamão e maracujá, que atingiram 100% de uso de irrigação.

Entre os principais produtos para consumo como fruta fresca destaca-se o mamão papaia. O Brasil exporta 36 mil toneladas por ano, principalmente para a Europa. Cerca de 70% são produzidos no município de Linhares. Só a empresa Caliman, localizada na fazenda Santa Terezinha, foi responsável pela exportação de 10 mil toneladas de mamão no ano de 2004. Nesse ano, o papaia rendeu ao Brasil cerca de



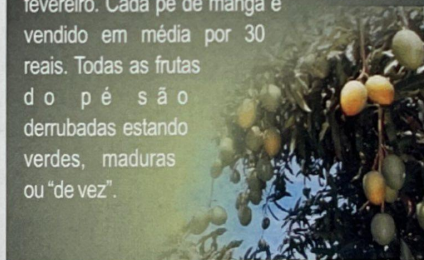
22 milhões de dólares e 2005 deve fechar em torno de 28 milhões.

A fruticultura, hoje, no Espírito Santo, como atividade agrícola, é superada apenas pela cafeicultura. Do lado mineiro, ela é bem mais tímida. A pauta de exportações do estado está concentrada em praticamente quatro produtos: abacaxi, banana, melancia e manga, que juntos representaram, em 2004, 91% do volume (12,6 toneladas) e 77% da receita total (2,34 milhões de dólares) gerada pelo setor.

Quando o assunto é suco, a conversa é outra. Com uma produção de 10 milhões de litros de suco por ano, aparece a fábrica da Tial, localizada no extremo sul da bacia. Em torno de 40% da produção é exportada para Estados Unidos, Japão, Canadá, Cabo Verde, Aruba, Curaçao, Angola, China e Espanha. A sua produção de frutas é terceirizada, através de pequenos e médios produtores rurais. A Sucos Mais, localizada no leste da bacia, já próximo à foz do rio Doce, possui a capacidade de produzir 90 milhões de litros de suco por ano. Exporta para a América do Norte, Europa, África e Ásia.

Informalidade

Boa parte da manga utilizada no consumo in natura e na produção de sucos no país, sai das mangueiras de fundo de quintal da nossa região. A comercialização é informal, movimentada nos meses de outubro a fevereiro. Cada pé de manga é vendido em média por 30 reais. Todas as frutas do pé são derrubadas estando verdes, maduras ou "de vez".



Opinião

Francisco Assis Faleiro, diretor da Caliman, maior empresa exportadora de mamão papaia do Brasil, fala sobre a fruticultura na bacia do Doce e o que os produtores esperam dos órgãos ambientais.

Aspectos sociais

A fruticultura, por si só, é um projeto sócio-econômico, pois, além da geração de renda, leva à fixação do homem no campo.

Vocação

A estrutura agrária e a colonização européia (italianos e alemães) foram alguns dos fatores que influenciaram na produção de frutas na região do baixo rio Doce.

Irrigação

Ainda há muito desperdício de água na irrigação. A tendência é a modificação do sistema de irrigação, com implantação da micro-aspersão, o que irá proporcionar mais economia de recursos hídricos, energia, e mão-de-obra.

Licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental já é uma realidade no Espírito Santo. As empresas rurais estão se adaptando, mas ainda falta informação e integração entre o setor e os órgãos fiscalizadores e gestores do estado. É necessário maior envolvimento dos produtores, das associações e sindicatos nas discussões ambientais.

Outorga

A outorga é um benefício para todos. Nós, produtores, estamos dispostos a investir em tecnologia para utilização mais racional da água, mas precisamos da garantia de uso que só a outorga pode nos dar.

Monoculturas

Os espaços agrícolas da bacia são ocupados por grandes áreas de monoculturas.

Embora já se possa vislumbrar alguma mudança de comportamento no meio rural, em quase todos os casos a utilização das terras vai até às áreas de preservação permanente. A cana de açúcar e as pastagens não deixam espaço para as matas ciliares. O café chega até o último ponto onde for possível plantar e colher, no cume das montanhas. O eucalipto não discrimina entre o morro e a baixada, invadindo todos igualmente e formando grandes florestas homogêneas.





Móveis

Das marcenarias para a fabricação em série

Fabricar móveis no Brasil sempre foi tradição de família, exercida com arte. A maioria das indústrias do setor, hoje sólidas e responsáveis pela geração de quase 1 milhão de empregos no país, começou nas marcenarias dos fundos de quintais. A história não foi diferente na formação dos dois principais pólos moveleiros da bacia do Doce: Ubá, em Minas Gerais e Linhares, no Espírito Santo.



Aproximadamente 145 indústrias instaladas em Linhares produzem móveis em série de madeira, aço, vime e junco. Somadas às serrarias e caixotarias geram em torno de 4.500 empregos diretos, mais de um terço do total do setor no estado do Espírito Santo. A produção de mais de 1,5 milhão de peças gerou perto de 430 milhões de reais em faturamento em 2004. As exportações atingiram 5,8 milhões de dólares. As indústrias moveleiras representam uma das principais fontes de geração de emprego e renda. O pólo moveleiro de Linhares está entre os cinco mais importantes do país.

Na outra ponta da bacia, destaca-se o pólo moveleiro de Ubá. A tradição moveleira no

município começou há mais de oito décadas. O marco para o desenvolvimento do setor foi o início da atividade dos dois grupos considerados pioneiros na produção industrial da região: a fábrica de móveis de aço Itatiaia e o grupo Parma. Para possibilitar a expansão industrial, a cidade movimentou-se para ampliação do fornecimento de energia elétrica e melhoria das rodovias. As empresas do setor moveleiro de Ubá e região apresentam diversificação em sua linha de produtos o que proporciona benefícios tais como maior aproveitamento da matéria-prima, ampliação do campo de trabalho para profissionais especializados em *design* e maior capacidade para atender diferentes demandas de mercado.

Indústria têxtil costurando negócios

Números expressivos mostram um retrato da indústria têxtil da bacia do rio Doce. Concentradas no pólo de vestuário de Colatina e seu entorno estão 700 indústrias gerando 16 mil postos de trabalho e produzindo 3,5 milhões de peças por mês. O setor abocanha boa fatia do mercado nacional e já está de olho no mercado externo. Alavancados pelo projeto Têxtil Brasil, em parceria com o Sebrae, cerca de 2% das unidades do pólo produtor de roupas vêm firmando negócios em países da Ásia, Europa e ainda nos Estados Unidos, segundo a presidente do Sindicato da Indústria de Vestuário de Colatina



(Sinvesco), Vanessa Schimidt. A investida fortalece a produção de vestuário durante todo o ano.

O setor da moda convive com a cultura da terceirização, de estruturas enxutas. A maior parte do trabalho gerado é exercido por mulheres que muitas vezes trabalham nas suas próprias casas ou em pequenos núcleos cooperativos.



Doce mel

O mel destaca-se como mais um produto tipo exportação da bacia do Doce. Em 2004 e 2005 cerca de 40 toneladas de mel foram destinadas à Alemanha e Estados Unidos pela Associação dos Apicultores do Vale do Aço (APIVALE), para ficar com um único exemplo. A APIVALE foi criada em 1991 e hoje tem 76 associados. Segundo seu presidente, Carlos Alberto, a associação tem pretensão de expandir este mercado para os países árabes.





O barril é nosso petróleo na bacia do Doce

Muita gente não sabe, mas nós também temos petróleo. Na área do delta do rio, em Linhares e Aracruz, petróleo e gás natural confirmam a riqueza e diversidade dessa bacia hidrográfica.

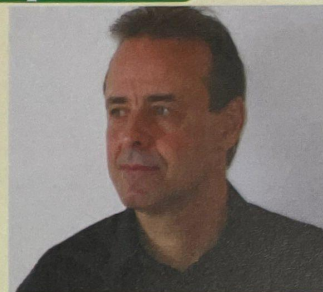
A segunda maior reserva de petróleo do Brasil está no Espírito Santo, com 4 bilhões de barris. A maior parte fica no mar territorial, próximo à costa. Em terra, a principal localização é nos municípios de São Mateus, Jaguaré e Linhares. No mar, o destaque é

Aracruz.

A novidade são as reservas de óleo leve, apropriado para produção de derivados mais nobres, como gasolina e querosene de aviação.

No ano que vem terá início a produção de 100 mil barris diários. O gás natural da bacia do Doce, com uma reserva estimada em 25 bilhões de metros cúbicos, é transportado por gasoduto de Regência até a Grande Vitória, onde, além de abastecer a área urbana, atende a Companhia Vale do Rio Doce e a Belgo.

Opinião



Energia para o desenvolvimento

"Para o país, o petróleo da bacia do rio Doce significa redução de importação e aumento na auto-suficiência. Para a região, é um grande impulso econômico.. O produto vai gerar em todo o estado, em 2006, 1 bilhão de dólares em royalties, o que equivale a quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Vamos criar um fundo de royalties para equalizar a distribuição, possibilitando a aplicação em regiões com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo.

Por orientação do governador Paulo Hartung, estamos implantando um gasoduto virtual (com transporte feito por carretas) para levar gás natural até Colatina.

Junto com a implantação do terminal intermodal (porto seco) será um grande incentivo para a atração de novos investimentos para a bacia do rio Doce".

Almir Bressan, sub-secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Espírito Santo.

Produto nobre tipo exportação

"Nosso povo está empobrecido. Nossos jovens, sem perspectivas de futuro, preferem sonhar com trabalho nos Estados Unidos. Saem do país de forma ilegal, deixando as famílias apreensivas, e muitos nunca mais voltam".

Hilda Rosane, vereadora de Itanhomi/MG
Agenda 21 da Bacia do Rio Caratinga

No mínimo, 50 mil pessoas do médio rio Doce vivem hoje nos Estados Unidos e Europa, trabalhando em torno de 80 horas por semana. Estima-se que cada um envie para a família uma média de 400 dólares por mês para manutenção e pequenos investimentos.

O dinheiro dos emigrantes soma 240 milhões de dólares por ano, ou cerca de 2 milhões de reais por dia injetados na bacia. É mais do que a soma do FPM dos 50 menores municípios da bacia.

MATEMÁTICA \$ EMIGRANTE

Médio Rio Doce

| | |
|--|---|
| Pessoas / Trabalho | Horas / trabalhadas |
| 50mil | 16h / dia 80h / semana |
| Remessas para o Brasil (por pessoa) | Remessa para o Brasil (dos 50mil imigrantes) |
| US\$ 400 | US\$ 20 milhões / mês US\$ 240 milhões / ano |

É mais que a soma do FPM dos 50 menores municípios da bacia.

© 2004 PROPAGANDA

Aqui se criam empregos.

Aqui se geram divisas.

Aqui se protege o meio ambiente.



ARACRUZ

Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

Líder mundial em celulose de eucalipto para a indústria do papel.

Gestão Participativa

qualidade nas decisões

Lucas Izoton Vieira é presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) e Diretor da empresa COBRA D'ÁGUA. Engenheiro formado pela Universidade Federal do Espírito Santo UFES, atualmente preside o Conselho Consultivo da Associação Júnior Achievement. Recentemente, lançou o Programa Espírito Santo Empreendedor, um projeto do Sistema FINDES, para aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Espírito Santo, dos atuais 0,746 para 0,90 (índice de países desenvolvidos) até o ano de 2025. O foco do projeto é potencializar o empreendedorismo através da educação, nas crianças a partir dos 6 anos até os adultos de 35 anos. Lucas Izoton falou à REVISTA ÁGUAS DO RIO DOCE sobre gestão participativa e recomendou ao empresariado capixaba a participação nos comitês como "única forma do setor apresentar suas posições e assegurar recursos hídricos para esta e as futuras gerações".



A sociedade exige dos empresários, cada vez mais, posturas voltadas para a responsabilidade social, cultural e ambiental. Como está sendo, para as empresas, enfrentar este desafio?

Este desafio já foi incorporado pelas empresas há algum tempo. Percebe-se que a adoção de uma postura sócio-ambiental responsável (empresa cidadã) é a forma correta de relacionar com a sociedade através de suas partes interessadas. A incorporação do princípio de Desenvolvimento Sustentável em suas práticas do dia-a-dia é uma realidade já consolidada para a maioria do segmento industrial no Espírito Santo.

A FINDES tem investido significativamente

no apoio e no incentivo às empresas para que cumpram esse papel. Os empresários estão receptivos/participativos?

Esta tarefa é um dos objetivos básicos dos vários conselhos que assessoram a FINDES, em particular, o Conselho Superior de Meio Ambiente (Consuma) - que desenvolve um trabalho muito ativo e representativo na área ambiental do Estado. Em âmbito nacional, através da participação do Conselho de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), além de estar presente em todos os fóruns onde são discutidas as temáticas ligadas ao meio ambiente e recursos hídricos.

A FINDES participa ativamente nos

diversos conselhos de gestão ambiental e de recursos hídricos, a exemplo do CERH. Esse é um bom caminho? A gestão participativa tem atendido às expectativas do empresariado?

A legislação ambiental do Espírito Santo incorporou o princípio da paridade entre poder público, sociedade civil e setor empreendedor, fato que propicia um efetivo debate entre as

“A incorporação do princípio de Desenvolvimento Sustentável em suas práticas do dia-a-dia é uma realidade já consolidada para a maioria do segmento industrial no Espírito Santo”

partes. A priori, não há supremacia de nenhum dos segmentos ali representados. Este aspecto assegura que, efetivamente, a gestão seja participativa, fato que só enriquece a qualidade das decisões tomadas e a eficácia dos resultados observados como produto da implantação de tais decisões.

Como é hoje produzir para o exigente mercado externo?

Um contínuo desafio de atendimento de exigências cada vez mais complexas, tanto do ponto de vista econômico quanto do ambiental e social, o que obriga o empresariado voltado à exportação a estar continuamente atento e em processo constante de adequação a tais exigências.

O mundo todo olha o Brasil com muitas expectativas com relação à questão ambiental, esperando que nós, brasileiros, mantenhamos nossa natureza intocada, nossos rios, matas e lagos preservados. Esse é um peso muito grande para as empresas instaladas no país. Em sua opinião, qual o caminho para que o

Espírito Santo, em especial a Bacia do Rio Doce, possa ser exemplo de desenvolvimento com sustentabilidade, resgatando até mesmo dívidas ambientais do passado?

Esta expectativa que se procura impor, em muitos casos, ao Brasil é, na realidade, um pouco de transferência da responsabilidade de muitos outros países, ditos desenvolvidos, que não souberam equacionar seus próprios problemas ambientais. O Brasil deve aceitar este desafio, mas não deve prescindir de assegurar seu desenvolvimento. A criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como de muitos outros comitês de bacias estaduais, nos quais, desde o início, o setor empreendedor se fez representar, é um exemplo disso. Como fórum privilegiado de discussão no âmbito das bacias hidrográficas, os comitês se mostram como caminhos concretos para a adoção da gestão participativa.

Este ano o governo do Espírito Santo regulamentou a outorga de direito de uso

da água no Estado. Outorga e cobrança ainda são expressões que assustam o empresariado?

A necessidade de cadastramento de usuários, enquadramento dos corpos de água, outorga e cobrança pela captação e lançamento de efluentes, já fazem parte do contexto da ação empresarial. Não haverá motivo de susto por parte do setor se as decisões tomadas na área de recursos hídricos forem previamente apresentadas e debatidas nos fóruns criados com esta finalidade (comitês e CERH). Ou seja, sem surpresas, não há motivo de susto

Qual o recado da FINDES para o empresariado da bacia do Rio Doce?

Participem do comitê, direta ou indiretamente, pois esta é a única forma do setor apresentar suas posições e negociar com as posições colocadas pelos outros segmentos presentes na composição dos comitês. Em síntese, adotar o diálogo com todas as partes interessadas, forma decisiva de assegurar recursos hídricos para esta e as futuras gerações.

“ A criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como de muitos outros comitês de bacias estaduais, nos quais, desde o início, o setor empreendedor se fez representar, é um exemplo. Como fórum privilegiado de discussão no âmbito das bacias hidrográficas, os comitês se mostram como caminhos concretos para a adoção da gestão participativa. ”

OUTORGA

Implementação é prioridade no Espírito Santo

Em 3 de outubro de 2005, o Espírito Santo iniciou o processo de implantação de um importante instrumento de gestão de recursos hídricos: a outorga. Como os demais instrumentos de gestão, previstos na Lei Federal 9433 e na Lei Estadual 5818, a outorga é essencial na compatibilização harmônica entre os anseios da sociedade e as responsabilidades e deveres que devem ser exercidos pelo poder público. Os Certificados de Outorga serão emitidos pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema).

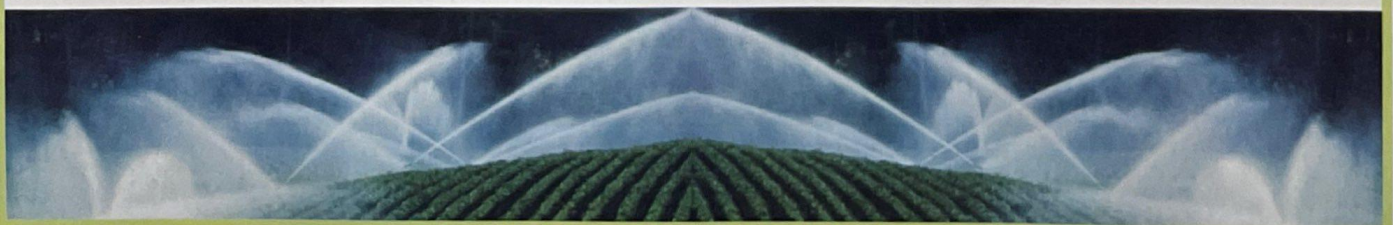


A idéia de que a água é um recurso infinito parece mesmo estar perdendo força na mente dos brasileiros e dos capixabas. A cada dia amplia-se a consciência sobre a necessidade de ações de conservação e recuperação dos mananciais hídricos. No Espírito Santo, essa consciência traduz-se na formação dos comitês de bacias hidrográficas, dos conselhos de meio ambiente e recursos hídricos, nos projetos em execução e, hoje, no processo de implantação da outorga.

A outorga tem o objetivo de assegurar o direito de uso da água e o controle da sua qualidade e da quantidade de acordo com padrões satisfatórios para os usuários de hoje e das gerações futuras. A água é um recurso essencial à vida e sua escassez pode ser fator limitante ao desenvolvimento.

Segundo o gerente de recursos hídricos do Iema, Fábio Ahnert, a outorga visa mudar uma realidade existente hoje, onde alguns usuários têm bastante acesso à água, enquanto outros ficam desfavorecidos. “A outorga representa um 'divisor de águas' no estado, já que por meio dela poderemos diminuir os conflitos existentes com relação ao uso de água, promovendo assim uma distribuição justa e equilibrada”, destaca o gerente.

A secretária estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Maria da Glória Brito Abaurre, acrescenta que a outorga representa uma garantia de disponibilidade de água para todos os usuários. “Vamos conhecer a realidade do nosso estado, além da quantidade de água disponível e qualidade, neste momento. Desse modo teremos uma rica fonte de dados para



planejar ações mais detalhadas”, esclarece.

Os usuários de águas de rios de domínio do Espírito Santo, ou seja, que nascem e deságuam dentro do estado terão que solicitar o Certificado de Outorga ao lema. Aqueles que utilizam águas de rios de domínio da União (rios que banham mais de um estado, a exemplo do Doce) devem solicitar a outorga à Agência Nacional das Águas (ANA).

A outorga é obrigatória para usos como captação de água para fins industriais, de abastecimento público e irrigação, para lançamento de efluentes industriais ou urbanos, a construção de obras hidráulicas como barragens e canalização de rios, ou ainda, serviços de desassoreamento e de limpeza de margem, entre outros. O lema tem atendido a diversas consultas sobre o processo de outorga, na maioria das vezes, de empresas interessadas em garantir seu direito de usuário. “Numa situação de escassez de água, a outorga é fundamental como garantia de uso” destaca a técnica em meio ambiente, Flávia Salim.

Ainda que nem todos os usuários de água necessitem da outorga, somente os de uso expressivo, todos serão cadastrados pelo Instituto. Os usos considerados insignificantes (até dois litros por segundo, de acordo com definição do lema e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos) não necessitam de outorga. No entanto, a definição dos critérios regionais para o processo de outorga é atribuição dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), de acordo com a disponibilidade hídrica de cada bacia.

Prioridades

A implantação da outorga é prioridade para o lema. Equipes realizarão visitas técnicas de orientação em todo o estado. Objetivando o envolvimento e a motivação dos usuários para a eficácia da implantação do instrumento, os técnicos do lema vão realizar um trabalho de esclarecimento com a população para que entenda a importância da outorga e a conscientização para o uso racional da água. Eles farão uma Campanha de Regularização de Uso da Água, levando até os usuários, material explicativo sobre a importância da outorga.

O Espírito Santo possui cerca de 12 rios principais com mais de 300 afluentes. Os primeiros a receberem as equipes serão os usuários das bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu. As bacias foram priorizadas porque abastecem a maior parte da população do estado, tendo um número expressivo de usuários.



Documentação: O Certificado de Outorga deverá ser solicitado diretamente no lema, mas em breve, os formulários estarão disponíveis no site do Instituto: www.lema.es.gov.br. Mais informações podem ser obtidas na Gerência de Recursos Hídricos do órgão: (27) 3136-3517.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FINANCIA TRATAMENTO DE ESGOTO

Pró-Saneamento - é um programa do governo federal que visa promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população por meio de ações de saneamento, integradas e articuladas com outras políticas setoriais, mediante empreendimentos destinados à melhoria da cobertura de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e estudos e projetos. O programa destina-se a estados, municípios, Distrito Federal ou empresas estatais não dependentes. Na modalidade esgoto, o Pró-Saneamento procura implementar um conjunto de atividades visando ao aumento da eficiência dos agentes prestadores de serviços de esgotamento sanitário e drenagem, por intermédio de melhorias operacionais e redução de custos e de perdas.

CAIXA vai repassar R\$ 12 milhões de recursos do FGTS para saneamento em GV

A Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Governador Valadares acertam os últimos detalhes técnicos para darem início às obras do contrato de repasse do FGTS - Programa Pró-Saneamento, que irá beneficiar uma população estimada em 246.000 habitantes do município. Do total a ser investido, R\$ 13,35 milhões, a CAIXA repassará R\$ 12 milhões sob a forma de financiamento, com recursos do FGTS e mais R\$ 1,35 milhão equivalem à contrapartida do município. A comunidade valadarense espera com ansiedade o tratamento do esgoto no município.



Prefeito José Bonifácio Mourão, Eng.º Alcyr Nascimento Júnior Diretor Técnico do SAAE, Maridhemar Elias de Sá Diretor Geral do SAAE

Na primeira etapa das obras serão construídos interceptores, coletores e duas estações de tratamento de esgoto (ETEs), uma localizada próxima ao bairro Santa Rita e outra no bairro Elvamar. O SAAE/GV informa que as duas ETEs vão atender aproximadamente à metade da população da cidade. O projeto executivo está em fase final de aprovação junto à CAIXA e as ordens de serviço para o início das obras devem ser assinadas ainda no decorrer de 2005. A outra metade da população valadarense será atendida através da ETE Santos Dumont, de igual valor, que deverá ser iniciada até o final do período da atual administração.

Segundo o capitão Maridhemar Elias de Sá, diretor geral do SAAE/GV, a saúde da população é um compromisso da administração, "e a saúde passa obrigatoriamente pelo saneamento". Ele conclui dizendo não ter dúvidas de que, a partir da construção das ETEs, com relação à qualidade de vida e elevação da auto-estima, a população vai se colocar em outro patamar.

"É uma contribuição de Governador Valadares para a despoluição do rio Doce; afinal aqui estão quase 10% dos habitantes da bacia", afirma o prefeito Bonifácio Mourão.

CAIXA - Superintendência Leste de Minas
mais informações nos sites:

www.cidades.gov.br ou www.caixa.gov.br
www.valadares.mg.gov.br

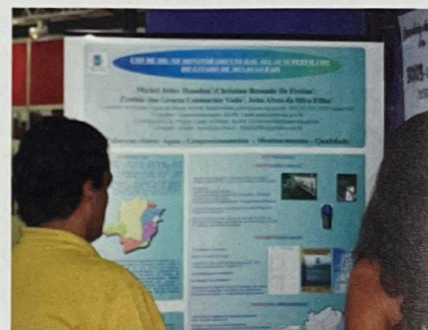
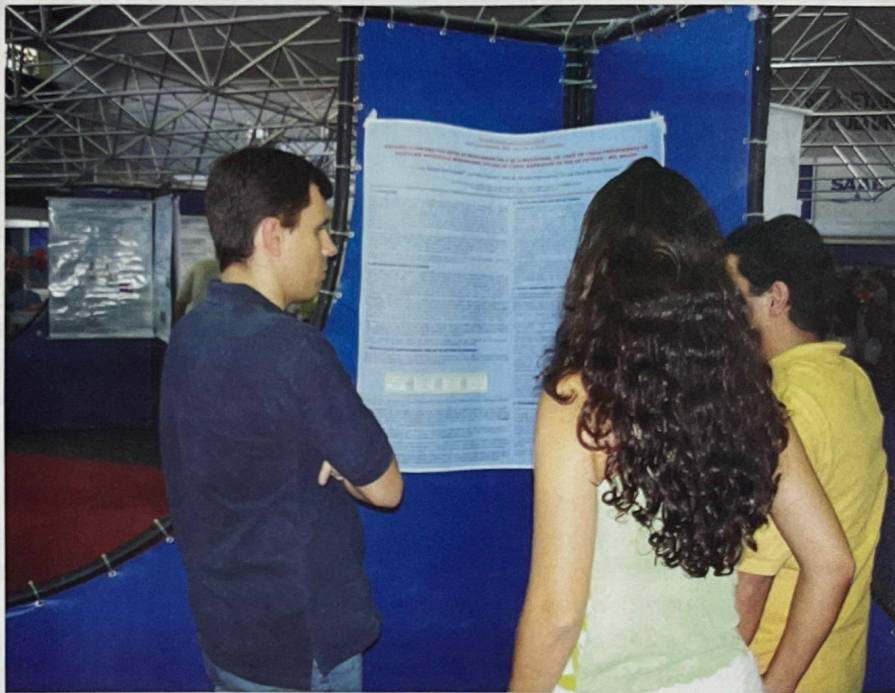
MOSTRA CIENTÍFICA

Edital disponível. Conheça e participe.

As movimentações para a 2ª Mostra Científica do Fórum das Águas do Doce já estão sendo feitas, dando continuidade ao trabalho iniciado em 2005. O II Fórum das Águas do Rio Doce levará para Colatina, em 2006, uma mostra de 27 trabalhos técnico-científicos. Além da apresentação, em forma de pôsters, utilizada em 2005, a 2ª Mostra terá, como novidade, uma apresentação oral, com duração de 20 minutos para cada trabalho.

O tema técnico-científico central é “instrumentos de gestão de recursos hídricos”. A definição se deu por meio de consulta junto ao sistema de gestão das águas da bacia (comitês de bacia, Iema, Igam, ANA, etc.). Para o apresentador de cada trabalho técnico selecionado será oferecido todo apoio (transporte, acomodação e alimentação). Somente serão aceitos para avaliação, trabalhos que, se selecionados, possam garantir a presença dos expositores durante os três dias do evento. Todos os autores de trabalhos expostos receberão certificados que comprovam sua exposição no Fórum.

Os temas técnico-científicos de interesse na apresentação serão: planejamentos e planos de bacias hidrográficas; outorga; cobrança; enquadramento de corpos d'água; sistemas de informações e de suporte às decisões sobre recursos hídricos; aspectos físicos, químicos, biológicos, sociais, econômicos, políticos, legais e institucionais relacionados a recursos hídricos superficiais, subterrâneos e esturianos; modelos de simulação em recursos hídricos; racionalização do uso e reuso da água; hidrossedimentologia; monitoramento hidroclimático aplicado a gestão das águas; eventos hidrológicos extremos; águas urbanas; interface entre



saneamento/saúde e recursos hídricos.

A data limite para a entrega dos trabalhos, em forma de resumo sobre o tema de interesse, contendo duas páginas, é 6 de janeiro de 2006. A divulgação dos trabalhos selecionados será dia 29 de

janeiro.

A norma para a submissão dos trabalhos está disponível no site www.aguasdoriodoce.com.br e será divulgada junto às universidades da bacia do Doce.



Bom exemplo

Catas Altas da Noruega

Investimento na vida

“Ano após ano o problema (do esgotamento sanitário) só vem agravando e a sociedade tem acompanhado apreensiva a inexistência, até então, de uma alternativa que possa livrar-nos de suas conseqüências danosas”.

**Dep. Paulo Folleto - Relatório Técnico do projeto
Rio Doce Limpo CIPE/RioDoce**

A 42 Km de Ouro Preto está Catas Altas da Noruega. A cidade, do século XVII, possui belas construções, igrejas setecentistas, ladeiras e ruas sinuosas, além das tradições musicais e do artesanato em pedra-sabão. Já foi rota de viagens no período colonial, o “Caminho de Dentro”, para escoamento da produção de ouro e outras mercadorias. Se, por um lado procura preservar sua história, por outro, busca renovar sua relação com as comunidades e o meio ambiente, através de ações na área de saneamento e recuperação de matas.

Quarenta famílias do município estão sendo beneficiadas pelo Projeto Estruturador de Saneamento Básico “Mais Saúde Para Todos”, com a instalação de módulos sanitários com

fossa, numa parceria da prefeitura municipal com o Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana. Cerca de 30 famílias atendidas pelo projeto estão localizadas nas comunidades rurais de Paiol, Córrego Santo Antônio, Mato Dentro e Mendes, onde não há captação de esgoto sanitário, o que, conseqüentemente, polui o Córrego Santo Antônio, que possui em seu trecho a cachoeira da Água Limpa. Após a instalação dos kits sanitários, a cachoeira fará jus ao seu nome.

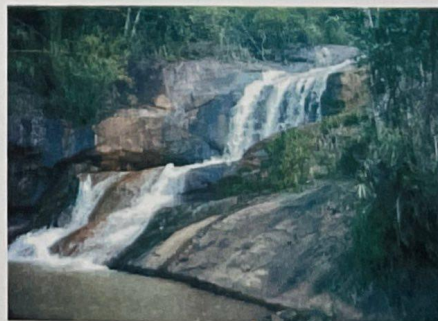
A sociedade civil, através da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Santo Inácio (APRUSI), também está fazendo a sua parte. A entidade, que tem por objetivo

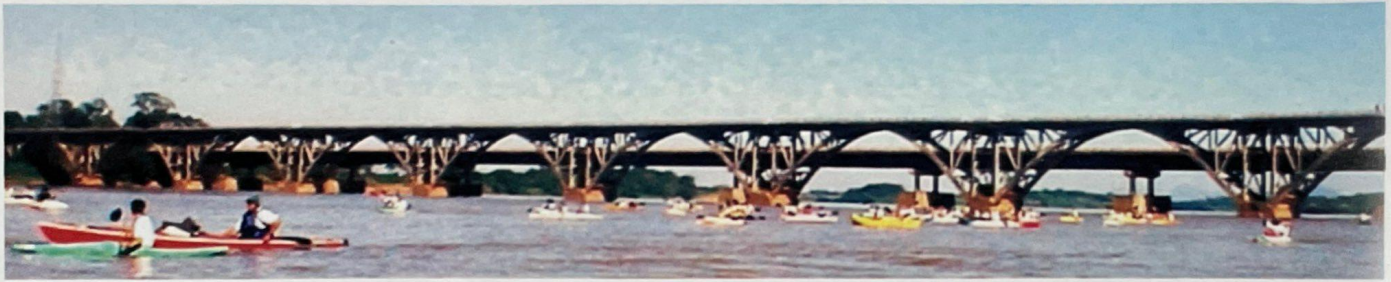
promover o aumento de renda familiar, o bem-estar social e a educação ambiental, além de incentivar o artesanato com matéria-prima e a cultura local, teve seu projeto “Santo Inácio Melhor” selecionado para receber recursos da entidade americana Brazil Foundation.

O projeto implementado pela APRUSI conciliou a criação de um viveiro de mudas nativas e de fossas sépticas com a constituição de células de produção de mudas nativas e exóticas em domicílios na comunidade rural de Santo Inácio. Através de visitas domiciliares e reuniões da associação, com intuito de evitar o lançamento de esgoto domésticos nos cursos d’água, foram incentivadas as construções de fossas sépticas nas residências.

A terra resultante da escavação deu início às atividades de produção de mudas. A entidade promoveu a formação de especialização e mão-de-obra - o viveirista, treinando os moradores para este fim, inclusive aqueles que já tinham as fossas ou exerciam a atividade sem conhecimento e acompanhamento técnico. A idéia é aplicar os conhecimentos adquiridos e as mudas produzidas na região para revegetação de matas ciliares e topos de morros visando a recuperação da bacia hidrográfica do rio Piranga, à qual pertence a sub-bacia do córrego Santo Inácio.

Outro bom exemplo, que vem de Catas Altas da Noruega, é a captação e tratamento de 100% do esgoto que era lançado nos rios Tereré, Paracatu e Paulista, na zona urbana da cidade. A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), inaugurada em 2003, foi construída com recursos do BNDES e BDMG. Segundo o vice-prefeito Giovane Neiva, “a ETE foi um grande investimento na qualidade de vida e na promoção do ser humano, pois vem eliminado doenças e protegendo tanto a população quanto o meio ambiente”.





Bom exemplo

De corpo e alma

Manifesto de amor e defesa do Rio Doce

"A água do planeta Terra não está diminuindo nem uma molécula no reservatório total dos oceanos, das geleiras, dos rios, dos solos e da atmosfera: ela só está ficando mais longe dos que não cuidam de nascentes, de águas de chuvas e de áreas de recargas. Ela só foge de quem não zela por sua qualidade, como um cachorro foge de quem o maltrata".

*Demóstenes Romano Filho,
Patrícia Sartini e Margarida Ferreira,
livro "Gente Cuidando das Águas"*

Cuidar das águas do rio Doce de um jeito diferente. Esta é a missão e um dos desafios da ONG Alma do Rio. Como explica um dos fundadores e atual presidente, Paulo Randow, as ações da ONG são sempre voltadas "para que o ciclo das águas na natureza seja promovido em seu dinamismo e normalidade, tornando-se assim, cada um dos participantes, um animador do processo do ciclo da vida, ao empenhar-se na preservação dos fenômenos naturais que promovem o fluir das águas".

O nome Alma do Rio, segundo Paulo Randow, tem a finalidade de estabelecer um vínculo claro entre os objetivos sociais da organização e a essência do ciclo das águas, sendo a palavra "alma" derivada do

latim "anima" que significa animar, mover, fazer ser. A ONG é parte do projeto "Cinco anos de amor e defesa do rio Doce", que conta com várias ações realizadas e em andamento. Uma delas é a confecção do site da Vila de Regência, www.regencia.org.br, na foz do Rio Doce, e a organização de sua mais importante festa anual, a Festa do Caboclo Bernardo. Mas há uma ação que tem seu destaque maior devido à alegria que tomou em pouco tempo os capixabas e já contagiou os mineiros: o Passeio Ecológico Descida do Rio Doce.

A idéia começou com a implantação de um passeio turístico, com 3 caiaques duplos para levar os turistas que visitavam Regência para saborear as

delícias do rio, num trecho de 14 km, com duração de 2 horas. Foram mais de 400 turistas em 2 anos. A partir de 2003 o trajeto de Linhares a Regência, com cerca de 50 km de percurso, vencidos em 6 horas de remada em caiaques, passou a ser feito anualmente.

O primeiro ano foi simplório, com 25 participantes. Fez tanto sucesso que em 2004 já teve patrocínio e contou com cerca de 200 participantes. Em 2005, no dia 24 de julho, o passeio ecológico mais do que dobrou o número de participantes. Cerca de quinhentas pessoas coloriram o rio navegando em seus caiaques. A maioria delas entrou no rio Doce pela primeira vez na vida. Ao fim do passeio, recepcionados pela banda de Congo, na Vila de Regência, todos manifestavam sua emoção de sentir o rio de perto, especialmente porque é, seguramente, o seu trecho mais bonito, onde a mata ciliar ainda resiste à degradação total.

"Sonhos, projetos, temos muitos", diz Paulo Randow, "mas acredito que temos o mais importante, o amor pelo rio, pela sua sabedoria, sua doação, sua serenidade, sua força, sua capacidade de recuperação. Em meu ritual com o rio, sempre que preciso de conselhos, sento à beira da sua foz, no encontro das águas, deixo meu coração sintonizar com o rio, a alma transborda de alegria, e nesse transbordamento, surgem as lágrimas que se misturam às águas do rio, e em silêncio, aguardo a resposta do mestre Watu para minha pergunta: Qual o próximo passo?".

Conheça mais sobre a ONG no site www.almadorio.org.br.





Bom exemplo

Redução de desperdício

SAAE implanta automação do sistema

“É necessário que o Brasil implante uma política de controle de perdas de água, pois, muitas vezes, investe-se em ampliações ou em novos sistemas de abastecimento sem a preocupação da eficácia dos existentes. A cobrança, certamente, fará com que esta preocupação seja alvo de mais atenção, na medida em que, a relação entre a água captada e a consumida passará a ser considerada economicamente”.

Paulo Maciel Jr - livro “Ouro Azul. A água como bem econômico”

Num contexto amplo de redução da pressão sobre os recursos naturais, a necessidade de acabar com o desperdício de água no planeta é um consenso entre ambientalistas, empresários, governantes e sociedade em geral. O controle das perdas nos sistemas de abastecimento urbano é uma das formas de atacar o desperdício.

A perda de água é a diferença entre a quantidade tratada e a que efetivamente é utilizada pelo consumidor. As estatísticas apontam para perdas médias nos sistemas de abastecimento de água do país em torno de 35 por cento. Não está aí computado o desperdício pelo mau uso dentro das residências e empresas.

Nosso bom exemplo neste setor vem

de Itabira, cidade da bacia do rio Santo Antônio. Lá, o Serviço Autônomo de Águas e Esgoto SAAE vem trabalhando pesado para reverter os índices de perdas de água do seu sistema. Para isto, sua equipe realizou visitas técnicas a empresas de saneamento em diversas cidades brasileiras como Campinas, Santo André e Santos para preparar seu plano de modernização.

A empresa está adotando uma série de medidas que vão desde a substituição de redes até a automação dos sistemas de captação, produção, reservação e distribuição da água. Segundo o diretor presidente do SAAE, Ilacyr Silva, “a automação possibilitará uma visão global dos processos de modo a supervisionar as

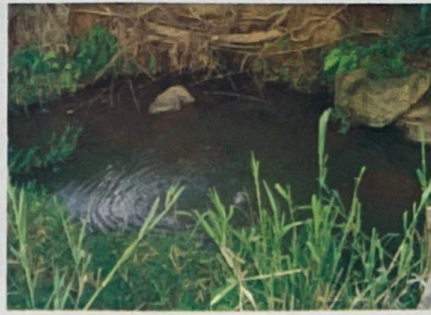
atividades operacionais bem como observar a tendência para tomadas de decisão locais ou remotas, e conseqüentemente ter um banco de informações confiáveis para análise do perfil operacional do sistema de abastecimento de água”.

O SAAE de Itabira foi criado há 50 anos, em parceria com a então fundação Serviços de Saúde Pública (SESP), hoje Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Atualmente atende 26.106 ligações de água na sede do município, sendo 418 comerciais e 58 industriais. São mais de 320 mil quilômetros de redes e ramais de água. O SAAE fornece água também para as localidades de Senhora do Carmo, com 207 ligações, e Ipoema, com 452 ligações.





Mata ciliar nas margens do córrego, medidas compensatórias



Água cristalina mostra o resultado do tratamento de efluentes



Peneira de separação de resíduos



Coleta seletiva de lixo

Bom exemplo

Meio ambiente e saúde

Pequenas ações com grandes resultados

“Torna-se importante compreender as relações humanas entre ambiente e saúde, devendo-se considerar os fatores ambientais facilitadores das rotas de transmissão das enfermidades. Mudanças estruturais no meio ambiente interferem diretamente na população, com reflexos sobre a sua qualidade de vida e, conseqüentemente, sobre um dos elementos essenciais, que é o estado de saúde”.

Agenda 21 da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga

Alvarás, licenças, outorgas, liberações, autorizações, inspeções, Darfs, Daes, RTs, etc, etc, etc... Desenrolar o novelo das exigências da lei e da burocracia para abrir uma empresa no Brasil não é fácil. Muita gente desiste e prefere continuar na informalidade ou na clandestinidade. Tem sido assim, por exemplo, com os açougueiros e comerciantes de carne nas pequenas cidades do interior da bacia do rio Doce. Tradicionalmente o gado é abatido nos pastos ou currais, sem qualquer cuidado de higiene. O sangue escorre no local do abate. Ossos, tripas e outros restos são jogados nos cursos d'água ou abandonados nas rodovias.

Em Dom Cavati, pequeno município

da bacia do rio Caratinga, às margens da BR-116 a situação agora é diferente. O empresário Marcelo José de Oliveira enfrentou todos os embates burocráticos e conseguiu instalar o Abatedouro Frigovati que agora atende a demanda de abates de boi e porco da cidade e da microrregião. Construído dentro das normas técnicas, o frigorífico possui todos os licenciamentos exigidos para o segmento. “A ajuda do Comitê da Bacia do Caratinga foi crucial, pois veio com uma proposta diferente, e com seu apoio me ajudou a resolver a burocracia exigida pelos órgãos do governo”, diz Marcelo.

O frigorífico executa todas as medidas de conservação do meio ambiente

exigidas pela Feam, como o tratamento de efluentes, reciclagem do lixo e o tratamento do esgoto sanitário. A fiscalização sanitária é executada pelo município.

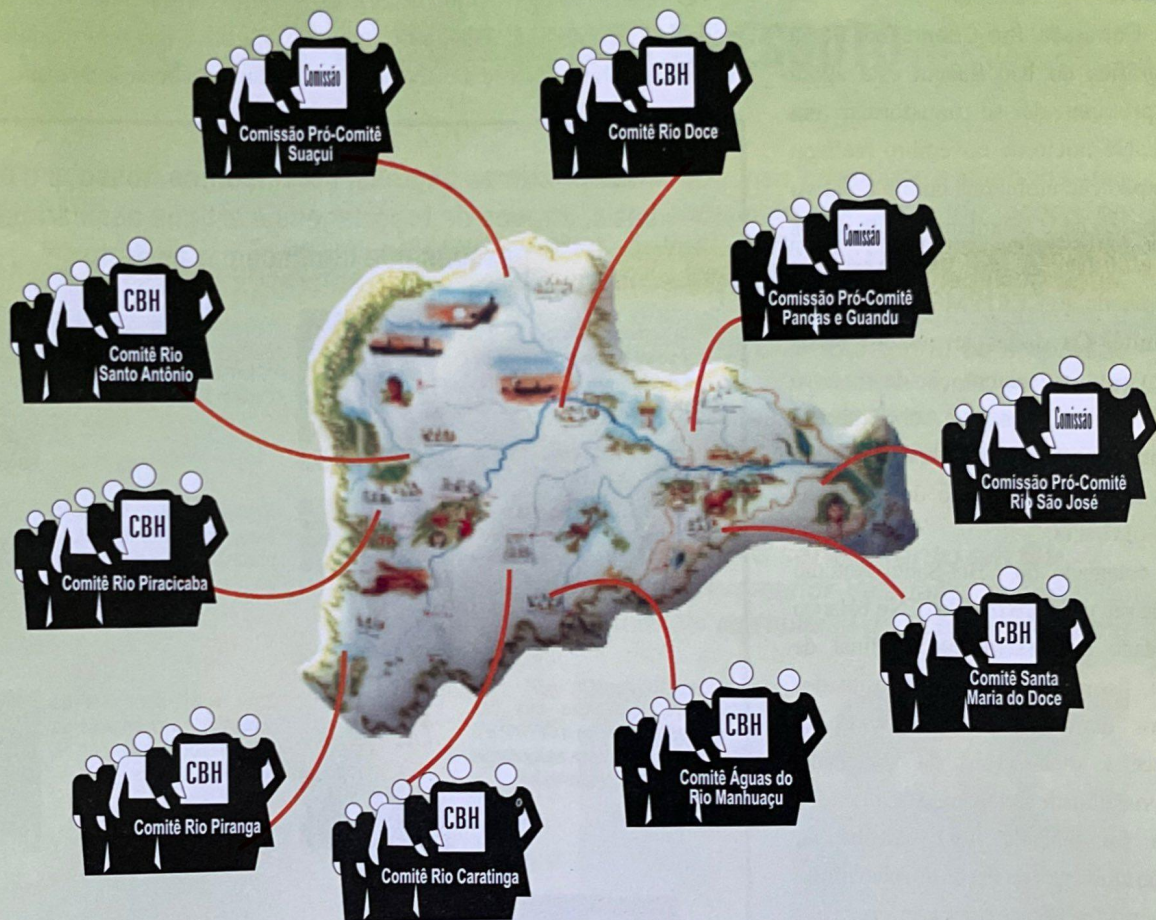
Os efluentes líquidos são separados em duas linhas: vermelha e verde. A linha vermelha separa o sangue, que é cozido e doado para tratamento de animais, especialmente porcos. Já a linha verde, diz respeito ao tratamento da água. Toda água usada no abatedouro é coletada e passada numa peneira onde são separados cerca de 80% dos resíduos sólidos. Depois a água segue para as caixas de decantação que separam o restante do sólido. Saindo da caixa de decantação ou separação, a água segue para o filtro anaeróbico que separa as bactérias e joga a água nas lagoas de decantação. Ali são separadas as impurezas restantes, antes de devolver a água para o córrego, com índice de tratamento entre 95% e 98% aproximadamente.

“Quando começamos a montar a estrutura havia poucos peixes no córrego, mas com a limpeza da água eles começaram a voltar e, hoje cuidamos deles com todo carinho”, afirma o proprietário do Frigovati.

Outra medida de conservação do meio ambiente que o abatedouro segue é a redução e reutilização dos resíduos sólidos. O material reciclável é destinado à Sociedade São Vicente de Paulo, de Ipatinga, que desenvolve um projeto de reciclagem de lixo. Já o material orgânico vai para a compostagem. Os resíduos retirados da peneira são misturados com a cinza da caldeira e esterco de gado, ficando 120 dias em processo de fermentação. O adubo orgânico produzido é doado para associações comunitárias ou vendido para pequenos produtores da região.

Apesar de ser um abatedouro de pequena escala, seguramente o Frigovati está representando um grande ganho para Dom Cavati e cidades vizinhas, com reflexos na saúde da população. Carne produzida com mais higiene, redução da contaminação e conseqüentemente água de melhor qualidade. “Se não houver uma mobilização forte para a questão da água, daqui a algum tempo não haverá mais nada”, conclui Marcelo Oliveira.

Giro pela bacia



Girando pela bacia, a Revista Águas do Rio Doce lança um breve olhar sobre a atuação dos comitês em 2005. Foi um ano de composições, ajustes e diálogos. O CBH-Doce deu um show de democracia. Através de uma costura política exemplar, a maioria esmagadora de integrantes mineiros abriu mão do poder e elegeu a diretoria garantindo a presidência para a minoria capixaba, com Guerino Balestrassi.

Nos últimos meses o principal assunto do comitê foi o Plano de Recursos Hídricos PRH/Doce. Considerado por muitos como, possivelmente, o mais importante instrumento de gestão, as primeiras etapas para sua elaboração estão sendo construídas passo a

passo, com a participação do colegiado e dos comitês de bacias dos rios afluentes. Para discutir o assunto, foram realizados seminários, organizados pela Secretaria Executiva do CBH-Doce com bom nível de participação dos vários segmentos. Os comitês estaduais foram mobilizados. IGAM, IEMA e ANA se envolveram.

O comitê realiza sua 6ª assembléia geral no dia 13 de dezembro de 2005, em Belo Oriente. Mas, no dia-a-dia, o que sustenta sua atuação são as câmaras técnicas. Compostas por membros dos diversos segmentos, técnicos dos órgãos gestores e representantes dos CBHs estaduais, as câmaras técnicas têm feito seu papel de apoio às tomadas de decisões do

colegiado.

Comitês de afluentes

Nova divisão nas Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH), em Minas Gerais, aprovada no final de 2004 pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), propiciou a criação de mais um comitê de bacia entre os afluentes do Doce: o CBH-Águas do Rio Manhuaçu. A instituição do comitê, no início de 2005, foi comemorada na bacia como uma importante conquista, pois, além da grande mobilização da sociedade, exigiu forte atuação junto ao CERH e IGAM para ser concretizada. O colegiado foi empossado em setembro de 2005.

Outro importante comitê criado em 2005 foi do rio Santa Maria do Doce, no Espírito Santo. Atua com uma diretoria provisória. A posse dos membros será no dia 17 de fevereiro de 2006.

A Comissão Pró-Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí está agora mais próxima de se transformar em comitê. No início de novembro realizou uma expedição ambiental com o objetivo de mobilização e levantamento de dados para elaboração do dossiê a ser encaminhado ao CERH/MG para criação do comitê. Os dados levantados serão também usados na elaboração de um livro e um vídeo, além de servirem de referência para futuros trabalhos de preservação e conservação dos recursos hídricos da bacia.

O colegiado do CBH-Santo Antônio encerrou seu primeiro mandato. No balanço apresentado em assembléia no final de outubro, ficou claro que o propósito dos membros durante esses dois anos foi fortalecer a mobilização da sociedade, dando visibilidade ao comitê. Durante a reunião foi lançada uma cartilha de educação ambiental dedicada ao meio rural.

Agência de bacia é o tema em pauta nas discussões do CBH-Piracicaba. O comitê, que está sendo instalado oficialmente na sede da Associação dos Municípios do Médio Piracicaba - AMEPI, organizou uma série de seminários focados no assunto. Já

foram realizados seminários em Itabira, Ipatinga e São Gonçalo do Rio Abaixo. O próximo seminário sobre agência de bacia acontecerá em Mariana.

O CBH-Piranga, cujo colegiado, empossado em abril de 2004, está em seu primeiro mandato, discute a elaboração do

Plano de Bacia. Os membros do comitê reuniram-se no segundo semestre com representantes do IGAM para conhecer experiências de outros comitês. Formaram grupos para tentar viabilizar o cadastro de usuários, que será usado como ferramenta para a elaboração do plano.

Nas próximas páginas, continuamos nosso giro pela bacia, através de reportagens e artigos assinados por pessoas que conhecem o assunto

Para começar, Cláudio Guerra fala sobre a importância de se ver a bacia como unidade de planejamento e gestão.



Fábio Anheret aponta o atual momento como propício para a formação dos comitês no Espírito Santo.



Sebastião Salgado destaca-se, pelo trabalho desenvolvido como fotógrafo, levando o nome do Doce pelo mundo.



Rodrigo Flecha insiste: a bacia hidrográfica do rio Doce precisa do convênio de integração.



Aparecida Vargas fala das semelhanças entre o CEIVAP e o CBH Doce. Destaca a importância do relacionamento entre eles.



Zaira relata a mobilização da sociedade na elaboração do Plano de Prevenção e Controle de Cheias.



E, para encerrar o nosso bloco, o presidente da Agência Nacional de Águas, José Machado, afirma: "o Doce é a bola da vez na ANA".

Os atuais presidentes dos comitês das bacias dos rios afluentes do Doce são:

Homero Ribeiro, do CBH Piranga, Roberto Chaves, do CBH Piracicaba, Hamilton Lage, do CBH Santo Antônio, Pedro Paulo Martins, do CBH Caratinga, Ronaldo Lopes Corrêa, do CBH Manhuaçu, e Liliana Dallapicola, do CBH Santa Maria do Doce.

“É neste contexto de realidades tão diversas que o IGAM, através da Diretoria de Gestão Participativa (DGP), atua, procurando colaborar na execução dos planejamentos estabelecidos pelos comitês e fortalecendo a gestão descentralizada dos recursos hídricos. Temos muito trabalho pela frente, mas a capacidade dos membros destes comitês é infinitamente maior que os obstáculos a serem ultrapassados”

Ana Cristina da Silveira
bióloga especializada em educação ambiental, consultora
do IGAM, responsável pelos CBHs dos afluentes mineiros do Doce



A bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão ambiental

Cláudio Guerra*

A Agenda 21 e a Lei Federal 9.433, a Lei das Águas, enfatizam a necessidade de se adotar a bacia hidrográfica como unidade territorial para melhor planejamento e gestão ambiental. O slogan "Unidade e maturidade" utilizado durante o I Fórum das Águas da Bacia do Rio Doce, em Governador Valadares, reforça a idéia de que precisamos entender melhor o Sistema Bacia Hidrográfica, sua dinâmica, sua sinergia e sua complexidade. Portanto, a visão de conjunto de nossa bacia é primordial.

Administrar uma bacia hidrográfica complexa como a do rio Doce significa, inicialmente, identificar seus elementos ativos (físicos, econômicos, sociais, culturais, etc), e compreender as suas inter-relações. A partir daí, fica mais fácil entender o que está acontecendo e buscar soluções para seus inúmeros problemas.

A adoção do Sistema Bacia Hidrográfica do Rio Doce como referência oferece inúmeras vantagens, dentre as quais cabe citar:

- As relações entre a região das cabeceiras, da porção média e da foz do rio Doce se tornam mais visíveis. Com isto, temos um melhor entendimento dos vários ambientes físicos da bacia hidrográfica e das várias atividades sócio-econômicas desenvolvidas.
- As relações entre águas superficiais, águas subterrâneas, quantidade e qualidade das águas na bacia são mais facilmente percebidas e reconhecidas. Medidas preventivas podem, assim, ser tomadas com objetividade e com a antecedência necessária;
- Cria-se a possibilidade de quantificar os efeitos

acumulativos de todos os rejeitos das várias atividades econômicas naquela bacia, uma vez que eles convergem para um mesmo curso d'água, o rio Doce.

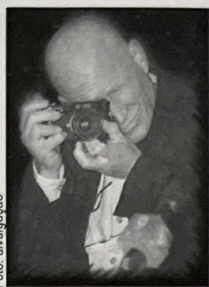
- Possibilita a integração entre a ocupação e uso da terra da bacia com a administração integrada dos recursos hídricos, caracterizando-se melhor os conflitos entre as atividades sócio-econômicas ali desenvolvidas e o seu meio ambiente. Desta forma, podemos confrontar demandas e disponibilidades hídricas, o que é essencial para o balanço hídrico dentro daquela bacia hidrográfica e sua gestão ambiental.

- A administração regionalizada por bacia hidrográfica favorece a participação das comunidades locais, maximiza a canalização de esforços de vários segmentos sociais da região, além de facilitar a implantação de projetos sustentáveis que aumentarão a disponibilidade e a qualidade das águas na bacia.

Por outro lado hoje ainda existem dificuldades em se adotar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento:

- Faltam informação e conhecimento sobre a "cultura de bacia hidrográfica" nos gestores públicos, tomadores de decisões dos usuários e nos cidadãos em geral.
- As ações dos governos nas áreas de saúde, educação, extensão rural, controle ambiental, bem como os programas de desenvolvimento (infra-estrutura, produção agrícola etc) ignoram a existência das bacias hidrográficas.
- Os dados estatísticos devem ser re-arranjados levando-se em conta aquele espaço geográfico e não mais apenas o município.

*Cláudio Bueno Guerra é consultor ambiental com curso de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental pelo IHE-Delft, Holanda. Foi secretário de estado adjunto do Meio Ambiente do Governo de Minas.



SEBASTIÃO SALGADO

Arte engajada

Eu sou
do Doce

Sebastião Salgado, um dos mais renomados fotógrafos do Brasil e do mundo, nasceu na cidade mineira de Aimorés, às margens do Rio Doce. Ainda adolescente foi morar no Espírito Santo, onde estudou e se casou com Lélia Deluiz Wanick que veio a ser sua grande parceira e incentivadora.

Apesar de ter feito mestrado e doutorado em economia, por pouco tempo exerceu a profissão. Em 1973, após algumas viagens à África que o despertaram para a fotografia, decidiu trocar de profissão. Iniciou uma carreira brilhante e, de lá para cá, colecionou praticamente todos os principais prêmios de fotografia do mundo. É reconhecido mundialmente como um dos mestres da fotografia documental contemporânea.

Nos anos 80 e 90 realizou grandes fotorreportagens de denúncia social, publicadas em livros e expostas em museus de todo o mundo. Há onze anos, Sebastião e Lélia criaram a agência Amazonas Images, que representa o fotógrafo.

Sebastião Salgado é embaixador especial do UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, membro honorário da Academia de Artes e Ciências dos Estados Unidos e comendador da Ordem de Rio Branco (Brasil).

Em 1998, Sebastião e Lélia tomaram a iniciativa de reflorestar com espécies nativas da Mata Atlântica os 675 hectares de terra que possuíam em Aimorés. Foi então que, junto com amigos brasileiros, fundaram o Instituto Terra (Bom Exemplo Revista Águas do Rio Doce nº 01), que funciona na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Bulcão. Nas palavras do fotógrafo, o Instituto Terra "é um laboratório para a restauração do planeta nas áreas destruídas". É um centro de difusão de idéias e experiências, promovendo educação ambiental, além das ações práticas. Na fazenda já foram plantadas quase 1 milhão de árvores, e pela escola já passaram as primeiras gerações de estudantes.

Sebastião Salgado é um dos orgulhos da Bacia do Rio Doce.



Reconhecido mundialmente como um dos mestres da fotografia documental contemporânea.



Foto: Paulo Valverde

A Relação entre Comitês de Bacias

Aparecida Vargas*

Subordinação, Harmonização, Integração, Descentralização, Participação. Qual o melhor caminho? Estes são os termos que mais ouvimos enquanto partícipes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos.

Descentralização e participação devem resultar em benefício concreto e presente para a sociedade e não em provável solução para o futuro.

Com a nossa sociedade cada vez mais fragmentada, as decisões na esfera política dependem de negociação de interesse e a geração de objetivos comuns, nos levando a buscar a harmonização e integração, atuando sobre o problema, agindo positivamente, concebendo e negociando solução possível, evitando tensões e embates conceituais e jurídicos.

Para tanto é necessário que não nos tratemos nunca no âmbito da subordinação.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos CNRH, através de sua Resolução de nº 05, de 10 de abril de 2000, estabeleceu diretrizes para a formação e funcionamento de comitês de bacia.

Mas não temos, hoje, nenhum instrumento que nos oriente como será a relação entre estes comitês, tanto com os comitês em sub-bacias quanto com as bacias vizinhas, como é o caso do CEIVAP e o CBH-Doce. Ambos são comitês de rios de domínio da União, de mesma dominialidade, possuindo vários representantes comuns, tanto no âmbito da União, do estado de Minas Gerais que faz parte dos dois comitês, como de usuários que possuem empreendimentos nas duas bacias, e de representantes da sociedade civil

com atuação na área de abrangência dessas bacias.

Hoje o CNRH já discute procedimentos de relacionamentos entre o comitê e seus comitês em sub bacias. Mas, a relação entre comitês vizinhos ainda precisa ser melhor definida.

A implementação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, com seus respectivos instrumentos, vem passando por um processo que traz à tona dificuldades e indefinições que precisam ser mais bem discutidas e orientadas. Estamos colocando na prática o modelo conceitual que criamos e é natural que na sua construção, valores como estes, que são novos na sociedade e estão sendo, diferentemente do que estamos acostumados, construídos em conjunto pelo Estado e pela sociedade, demandem tempo, maturação e negociação. Uma forte estratégia de gestão e convivência torna-se o grande paradigma de atuação dos comitês com seus vizinhos.

É necessário o estabelecimento de novos acordos institucionais, articulados e criados em leis, com normas, valores e processos inovadores de inserção, de integração, de coordenação e, principalmente, de relações inter-comitês.

Precisamos trazer o Pacto de Gestão e os Convênios de Integração, instrumentos, hoje, para as diversas relações entre Estados, União e comitês, também para a relação entre comitês de bacias vizinhas, que têm sua economia e gestão interligados. E a história do CEIVAP e do Doce pode nos servir de modelo para o início desta nossa forma de relacionamento.

Que tal começarmos por discutir nossas agendas?

Agendas mesmo, não Agências. É apenas o começo.

* Maria Aparecida B. P. Vargas é Secretária Executiva do CEIVAP, Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP e membro do CBH-Doce (e também do CEIVAP) representante do setor de usuários de hidroeletricidade pela CFLCL

Rio Doce Doce mestre

Não há no mundo
nada mais sábio que tuas águas.

Mansas e pacientes,
nenhum obstáculo enfrentam.

Envolve, contorna
Vence toda dificuldade
com a força da suavidade.





O processo de formação de comitês de bacias hidrográficas no Espírito Santo

Fábio Anhert*

O Brasil fez uma escolha avançada e ousada ao adotar o atual modelo de gestão dos recursos hídricos. O avanço se situa, principalmente, no campo da descentralização e da participação da sociedade no processo decisório sobre os rumos da gestão das águas em uma bacia hidrográfica ou região hidrográfica.

A ousadia está em função do grande desafio que é administrar os diversos interesses das cadeias produtivas e da população, e trabalhar para a convergência na direção do desenvolvimento sustentável de uma região hidrográfica, fazendo com que a água, enquanto recurso hídrico, não seja um fator limitante ao desenvolvimento e sim um indutor do mesmo.

O comitê de bacia hidrográfica é a grande casa de encontro dos diversos interesses dos setores da agricultura, da indústria, do setor energético, do saneamento, do turismo e do lazer, das entidades públicas, das diversas representações da sociedade civil organizada, dentre outras, onde são engendrados esforços para o estabelecimento de verdadeiros pactos para a gestão dos recursos hídricos. O CBH Doce é um grande exemplo do exercício da troca de idéias, debates e condução democrática da implementação dos instrumentos de gestão da bacia.

No Estado do Espírito Santo já contamos com a existência de cinco comitês de rios do domínio estadual. O primeiro a ser instalado foi o do rio Itaúnas. Em seguida foram os dos rios Jacaraípe, Benevente, Rio Novo e Santa Maria do Doce. Muitas experiências positivas já foram registradas. Entretanto existem

dificuldades a serem superadas, principalmente no que diz respeito às condições estruturais para o desenvolvimento das decisões dos comitês. Na linha de apoio aos mesmos o Governo do Estado está viabilizando cursos de treinamento, bem como propostas de planos diretores para as bacias, facilitando e catalisando o processo de gestão.

Os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais avançam em parcerias importantes para o desenvolvimento sustentável de suas principais bacias hidrográficas comuns, além da do rio Doce, a do rio Itapemirim e do São Mateus. No Espírito Santo o desenho dos comitês de rios afluentes ao Doce começa a se consolidar. O primeiro a ser instalado foi o do rio Santa Maria do Doce, mas a movimentação já é grande para a criação de comitês em outros tributários importantes como o do rio Guandu, rio Pancas, rio Santa Joana, rio São José.

É importante ressaltar a grande responsabilidade de um comitê de bacia, no sentido de ser o fórum máximo, em nível regional, das decisões sobre a gestão dos recursos hídricos, implicando em influências significativas em todo processo de desenvolvimento da região. Portanto, é extremamente importante a existência de condições de viabilidade para o funcionamento e o fortalecimento do comitê, além da boa mobilização e o forte envolvimento dos principais atores que representam os segmentos do poder público, dos usuários de água e da sociedade civil organizada, e a preparação mínima desses atores para exercerem essa grande atitude de cidadania.

* Fábio Anhert é Mestre em Engenharia Ambiental pela UFES, representante titular do Espírito Santo no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Gerente de Recursos Hídricos do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo IEMA.

ENCHENTES

Comitê mobilizado n

**AÇÕES****OBRAS ESTRUTURAIS
PROJETOS / LICENCIAMENTO**

- Limpeza, dragagem, reforma e reforço de pontes e de margens do rio Caratinga -
Coordenação: 11º BE Const

- Mapeamento a laser das margens do rio,
2,5Km, extensão de 80 km, em 8 municípios
- Lactec (empresa vencedora da licitação)

- Licenciamentos ambientais
(IEF, FEAM, IGAM)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Mobilização de comunidades rurais e urbanas, sindicatos rurais, escola urbanas e rurais, do ensino fundamental ao grau superior - Coordenação do Centro Universitário de Caratinga (UNEC)

AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ALERTA

- Atendendo a outras cidades da bacia

PRAZO PREVISTO

- 260 dias

CUSTO

R\$ 2,7 milhões
(Ministério da Integração)

Zaira de Andrade Paiva - jornalista, editora da revista Águas do Rio Doce, membro do Comitê Rio Caratinga

O Comitê Rio Caratinga teve em 2005 uma das suas mais importantes experiências como parlamento e espaço de deliberações acerca dos problemas de recursos hídricos da bacia. A aplicação de uma verba de quase 3 milhões de reais, destinada pelo Ministério da Integração à bacia para controle de cheias, foi decidida de forma democrática, com a participação de todos os segmentos da sociedade de todos os municípios potencialmente vulneráveis a inundações.

Mobilização sempre foi o forte do Comitê Rio Caratinga, desde sua criação em 1998, mas desta vez o tema levou ainda mais as pessoas a participar. Afinal, a cada ano, o tempo das chuvas é também tempo de medo para milhares de moradores das cidades construídas às margens do nosso rio. As perdas humanas e

prejuízos financeiros ocorridos em 2003 e 2004 ainda estão muito frescos na memória do nosso povo. E, já que as cidades não vão mudar de lugar, o jeito é conviver com as cheias e buscar soluções para amenizar os impactos causados por elas.

O primeiro envolvimento do comitê com a discussão das enchentes ocorreu de forma dramática, em 2003, após as chuvas históricas que assolaram as cidades de Caratinga, Inhapim, Ubaporanga e Dom Cavati, deixando ilhadas Alvarenga, São Sebastião do Anta, São Domingos das Dores, Imbé de Minas e Piedade de Caratinga. Naquela ocasião, percebemos a necessidade de expansão do sistema de alerta

"Nós pudemos vivenciar a verdadeira noção da bacia ultrapassando a visão das fronteiras dos nossos municípios".

Luis Sabino - Prefeito de Piedade de Caratinga

contra cheias, mantido pela ANA (que basicamente atende as cidades das margens dos rios Piracicaba e Doce) para as cidades da bacia do Caratinga.

Em 2004, participando do então Grupo de Trabalho de Cheias do CBH-Doce, hoje Câmara Técnica (ver box), passamos a conhecer um pouco mais das limitações técnicas existentes para a prevenção das enchentes na nossa bacia. Segundo os técnicos, a área de drenagem, pequena, não permitia tempo hábil para o alerta via equipamentos e modelos da CPRM (operadora do sistema de alerta do Doce). Mas, não aceitamos a derrota, afinal, nosso povo não tem culpa se os equipamentos de alerta ainda não são modernos o suficiente para atender às nossas necessidades.

Buscamos alternativas. Insistimos com a ANA e a CPRM e instalamos cinco réguas de medição do nível do rio em pontos estratégicos

a busca de soluções

OPINIÕES

"Este projeto, elaborado com participação das prefeituras, mostra a preocupação com a conscientização ambiental".

Emani Campos Porto - Prefeito de Caratinga e Coord. C. T. de Cheias do CBH-Caratinga

"Para o Ministério da Integração esta forma de planejar, em discussão com as comunidades envolvidas, está sendo encarada como um piloto. Se aprovado, poderá ser adotado como prática regular no ministério".

Rogério Menescal - Diretor de Obras Hídricas Do Ministério da Integração

"Essa experiência do Comitê Rio Caratinga, mostra um novo modelo de trato da coisa pública. É um exemplo a ser seguido".

Alcides Leite de Matos Sobrinho Gerente de Núcleo / IEF Caratinga

"Sempre que se trata de intervenções no rio, olhamos com desconfiança. Mas o processo transparente das discussões dá a segurança de estarmos caminhando na direção certa".

Delson Freitas de Moraes EMATER Caratinga



da bacia. Recebemos todo o apoio da equipe de meteorologistas e hidrólogos do SIMGE/IGAM. Reunimos os parceiros certos e montamos nosso próprio sistema de alerta. No lugar da sofisticação tecnológica, o coração e a imensa vontade de fazer alguma coisa. Qualquer coisa. O período de chuvas passou. A população dormiu um pouco mais tranqüila porque sabia que havia alguns anjos da guarda velando seu sono, sua família e patrimônio.

Obras e intervenções

O ano de 2005 começou com a confirmação de uma notícia que tivemos no final de 2004: o Ministério da Integração liberou uma verba para realizar obras para o controle de cheias no rio Caratinga, sob a intervenção do quase caratinguense vice-presidente José Alencar (ele se casou e

começou a vida de empresário na cidade de Caratinga). A reação local foi imediata: o planejamento dessas ações precisa passar pelo Comitê.

A primeira reunião, para estabelecimento de estratégias, aconteceu em janeiro, em Brasília, com a participação do presidente do Comitê Rio Caratinga, Pedro Paulo Martins e do secretário executivo, Leopoldo Loreto. O esboço do Plano de Prevenção e Controle de Cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga (PCC) foi traçado incluindo estudos, obras, ampliação do sistema de alerta às demais cidades da bacia e ações de educação ambiental. O engenheiro Celso Dutra já havia sido contratado como consultor e percorrido toda a extensão do rio Caratinga em companhia de alguns membros do Comitê. Abriram-se as primeiras licitações, para estudos e elaboração de projetos.

Pouco vão adiantar as obras se continuarmos a agredir o rio. O trabalho de educação ambiental junto a produtores rurais, gestores municipais, escolas, enfim toda a sociedade, vai ajudar a prevenir problemas futuros.

Prof. Leopoldo Loreto - Secretário executivo do Comitê Rio Caratinga

Em 30 de junho a bacia do Caratinga reúne os membros do comitê com atuação nos municípios atingidos pelas enchentes (Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, Caratinga, Piedade de Caratinga, Ubaporanga, Inhapim, Dom Cavati e Tarumirim) e lideranças da sociedade dos mais diversos segmentos para ser apresentada a primeira versão do PCC. A reunião contou com mais de trinta membros do Comitê, vereadores, secretários municipais e prefeitos, além de representantes da ANA, CPRM, IGAM,

UFES, das empresas vencedoras das licitações para desenvolvimento dos estudos e projetos (Dam Engenharia e Lactec) e do diretor de obras hídricas do Ministério da Integração, Rogério Menescal. Foi formado um Grupo de Trabalho, embrião da Câmara Técnica do comitê para acompanhamento do PCC.

Outras reuniões sucederam-se. Em julho membros do Grupo de Trabalho conheceram e discutiram as propostas de obras e o projeto de educação ambiental a ser executado pelo Centro Universitário de Caratinga UNEC. Em agosto, uma assembléia geral do Comitê Rio Caratinga formalizou a instituição da Câmara Técnica de Gestão de Cheias da Bacia do rio Caratinga (nos moldes da CT-Cheias do CBH-Doce). Ernani Campos Porto, prefeito de Caratinga, foi eleito coordenador da CT e o jornalista Carlos Alberto Fontainha, representante da imprensa no Comitê, escolhido como relator.

"A maneira como foi discutido e construído esse plano, divide responsabilidades. Será implantado de acordo com as necessidades reais de cada localidade".

José Normando Santos - Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Inhapim

Em setembro, reunida em Santa Rita de Minas, a CT aprovou o plano de trabalho para execução das obras de intervenção. Finalmente, em novembro, reunidos em Inhapim, os prefeitos das oito cidades envolvidas no projeto, os membros da Câmara Técnica e os representantes da ANA e do Ministério da Integração aprovaram em conjunto o cronograma para execução das obras. O trabalho será coordenado pelo do 11º Batalhão de Engenharia de Construção, do Exército, sediado em Araguari, MG, pelo Cel. Veloso.

Opinião

Tenho orgulho de estar presidindo o Comitê Rio Caratinga nesse momento em que o colegiado demonstra tanta maturidade. O processo fortaleceu o papel do Comitê como articulador entre as instituições e como parlamento das águas da bacia.

Após a conclusão do PCC, vários instrumentos ou ferramentas poderão ser utilizados tanto na prevenção das cheias quanto na recuperação de áreas degradadas.

Pedro Paulo de Oliveira Martins
Presidente do CBH Caratinga

Opinião

"Para as soluções dos problemas da sociedade é preciso uma abordagem técnica bem elaborada, robusta, mas a negociação com os envolvidos é fundamental. O trabalho desenvolvido por vocês, aqui em Caratinga, foi um grande avanço do ponto de vista gerencial. As chances de êxito serão muito maiores, pois todos vão se sentir um pouco donos. Não tenho dúvidas de que o trabalho foi bem encaminhado.

Mas, insisto sempre que para a questão das cheias o planejamento tem que ser feito para com um horizonte de 20 ou 30 anos".

Rubem La Laina Porto - Hidrólogo

Sobrevôo fez levantamento a laser



Um dos estudos realizados através do PCC foi o levantamento aerofotogramétrico a laser de uma faixa de 2,5 quilômetros de cada margem do rio Caratinga, por uma extensão de 80 quilômetros.

Além de possibilitar a demarcação da área de inundação do rio em apoio ao sistema de alerta, vários produtos resultantes do levantamento, como fotografias digitais das áreas urbanas e rurais, serão disponibilizados para o comitê e instituições parceiras. Serão ferramentas úteis para o apoio a decisões, especialmente para prefeituras e órgãos ambientais.

CT-Cheias do CBH-Doce

A Câmara Técnica de Gestão de Cheias do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CTCheias / CBH-Doce) iniciou uma campanha de prevenção de cheias, junto às Prefeituras Municipais, Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs) e os cidadãos para o início do período chuvoso. A campanha teve início em outubro e estende-se até março de 2006 e está sendo feita em conjunto com as Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil (CEDECs) de Minas Gerais e do Espírito Santo e o Corpo de Bombeiros, entre outros parceiros com atuação na área e que também fazem parte da CT.

A campanha abrange instrumentos de pesquisa (questionários junto às prefeituras e COMDECs); de conscientização (cartazes, folders e textos explicativos) e de capacitação (cursos para defesa civil):

Como as chuvas intensas e inundações ocorrem com mais frequência no período de dezembro a fevereiro, nessa época a CT Cheias e as CEDECs recomendam, em folheto educativo distribuído a cada município, o acompanhamento das prevenções meteorológicas em sites especializados, a manutenção do sistema de drenagem limpo antes e durante o período chuvoso e o mapeamento das áreas de risco e das marcas de cheia.

Para conhecer a íntegra do documento da CT/Cheias- CBH Doce, navegue no site no site www.ana.gov.br/cbhdoce. Para acompanhar a previsão meteorológica e a operação dos sistemas de alertas, acesse: www.igam.simge.mg.gov.br, www.cprm.gov.br, www.cemig.com.br/meteorologia, www.inmet.gov.br, www.cptec.inpe.gov.br



Preservar para sobreviver

Paulo Teodoro*

As questões ligadas à natureza, com destaque para as bacias hidrográficas, continuam merecendo amplos debates pela sociedade, suas lideranças, entidades e governo. A busca de consensos técnico-educativos, bem como de recursos financeiros indispensáveis à adoção de inovações ambientais pelas comunidades rurais e urbanas, faz-se estratégica para a eliminação dos passivos ambientais e para a conservação inteligente dos ecossistemas mineiros. A relação do homem com a natureza é um dos fundamentos do desenvolvimento sustentável a que toda a sociedade aspira.

A bacia hidrográfica do rio Doce, com seus 83.400 km² e 228 municípios, sendo 202 em Minas Gerais e 26 no Espírito Santo, abrigando uma população estimada em 3,1 milhões de habitantes, é palco de uma economia atuante que ultrapassa os limites dos Estados de Minas e do Espírito Santo. Assim, destacam-se as seguintes atividades socio-econômicas que geram empregos, renda e bem-estar social: pecuária de leite e de corte, suinocultura, café, cana-de-açúcar, cacau, hortigranjeiros, geração de energia, siderurgia, metalurgia, mecânica, química, papel e celulose, ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas, têxtil, curtumes, entre outros, que projetam a bacia riodocense nos cenários brasileiro e internacional.

Destaca-se a necessidade, num conjunto de outros fatores que se associam, de um

planejamento das bacias hidrográficas para preservar, usando os recursos naturais para a criação de riquezas e a redução das profundas desigualdades sociais que ainda persistem nas regiões brasileiras. Desenvolvimento e meio ambiente se fundamentam em relações diretas de causas e efeitos. Um dos instrumentos mais importantes para a gestão dos recursos hídricos, no âmbito da bacia do rio Doce, é a gestão descentralizada, democrática e compartilhada, em que se unem o Governo, a sociedade organizada e os usuários desse bem público, finito e que deve estar disponível para os diversos usos no campo e nas cidades.

Assim, a presença ativa dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), com seus talentos e experiências, parcerias e demandas, é ferramenta poderosa para que as intervenções ambientais sejam baseadas nos conhecimentos científicos e tecnológicos sobre o meio ambiente. Entre outros instrumentos de ação do governador Aécio Neves e do secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, José Carlos Carvalho, é de meridiana clareza o fortalecimento desses CBHs para que, hoje e amanhã, sejamos parceiros da natureza e jamais seus adversários. A história registra, com singular competência, as civilizações que desapareceram em decorrência da degradação ambiental. E que essa história não se repita nesse vigir do terceiro milênio.

* Paulo Teodoro de Carvalho é engenheiro agrônomo e Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

A bacia do rio Doce como unidade territorial de planejamento e gestão de recursos hídricos e o pacto de gestão das águas

Ao adotar a bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão e permitir a criação de organismos de bacia sob jurisdição federal ou estadual, a legislação intensifica a complexidade da gestão integrada e descentralizada, pois aumenta as interfaces institucionais. Esse é o caso principalmente de bacias nacionais, por envolverem a União e dois ou mais estados da Federação. Nessas bacias, a dupla dominialidade configura um sistema de gestão em duas esferas de atuação - federal e estadual -, que possuem a mesma missão institucional e são profundamente interdependentes no seu conteúdo e aplicação.

A legislação estabelece que estados e União devem se articular para o gerenciamento de recursos hídricos de interesse comum. Porém, nenhum texto legal delinea ou detalha a forma como deve se dar essa articulação, seja no tocante aos instrumentos técnicos (plano, cadastro, enquadramento, outorga, fiscalização e cobrança), seja no que concerne aos instrumentos institucionais (Comitês e Agência de Bacia).

Assim, a operacionalização do sistema de gerenciamento e de seus instrumentos em bacias nacionais requer o enfrentamento e a superação de desafios de diferentes tipos e magnitudes, com destaque para: a implementação da gestão compartilhada e harmonizada; a construção de uma lógica territorial de gestão; a operacionalização e o fortalecimento dos comitês de bacia; e o estabelecimento de normativos de integração entre comitês. Ademais, é necessário

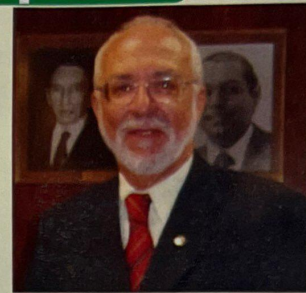
trabalhar no aperfeiçoamento da legislação por meio da compatibilização, via processo de negociação e experiência adquirida na prática da gestão, da legislação da União com a dos estados e superar a questão da dominialidade dos corpos d'água, de forma que os procedimentos técnicos, jurídicos e administrativos sejam harmonizados. Essa questão impõe um dos maiores desafios para o gerenciamento integrado, sobretudo diante da diversidade política, econômica, social, cultural e ambiental das regiões brasileiras, que se reflete nos ritmos de regulamentação e implementação da gestão de recursos hídricos, fortemente diferenciados de um ente federado a outro.

Frente a esses desafios, implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos não é tarefa fácil. Requer a concepção de estratégias operacionais para tornar possível a aplicação dos princípios, conceitos e instrumentos, superando as incompatibilidades técnicas e jurídico-administrativas e suprimindo as omissões legais, mediante processos de negociação entre as partes envolvidas.

O entendimento e a cooperação compõem a base inteligente e possível para enfrentar e superar os desafios da gestão integrada em bacias nacionais. Trata-se, essencialmente, de criar as condições para a governança e a governabilidade dos recursos hídricos, ou seja, criar ambientes institucionais de negociação e consensos e mecanismos de atuação harmônica.

A gestão compartilhada de recursos hídricos demanda, necessariamente, a compatibilização dos diversos conflitos de

Opinião



A revista Águas do Rio Doce quis saber a opinião do presidente da Agência Nacional de Águas a respeito do momento por que passam os comitês e a bacia do rio Doce. O presidente foi claro quando afirmou: "O Doce é a bola da vez".

Conheça o que pensa José Machado sobre alguns temas.

Comitês de bacias

Por onde eu tenho andado pelo Brasil tenho visto os comitês exercendo o papel de parlamento, buscando fortalecer os sistemas de recursos hídricos positivamente. Os comitês estão vivenciando uma fase de amadurecimento com dinamismo, em estágios diferentes de acordo com o nível em que se encontra cada estado. Esse desenvolvimento tem me deixado muito otimista com os comitês.

Criação de novos CBHS

Tem se tornado comum presenciar o anseio de criar comitês. Esse despertar é muito promissor. Mas, existe uma preocupação da ANA com a abertura de novos comitês devido à necessidade de dar condições para que exerçam seu papel. Quando se cria um comitê, é preciso ter em mente já os próximos passos.

Relação entre os comitês federais e estaduais

Existe a necessidade de buscar a gestão integrada fortalecendo os comitês estaduais e os órgãos gestores, no caso do Doce, IEMA, IGAM. Para isso temos que buscar um convênio de integração que vise nivelar uma metodologia comum. Não é fácil. Precisamos ter capacidade de nos darmos com as questões convergentes.

Bacia do Rio Doce

Na minha concepção e pelo que tenho conversado com meus diretores o Doce é a bola da vez, pela sua importância já reconhecida, pelo seu amadurecimento e principalmente pelo envolvimento das comunidades. O momento agora é de darmos um salto de qualidade, um passo em direção ao convênio de integração, buscando os instrumentos que estão na lei, para que possamos implantar o plano de bacia, a cobrança, o sistema de informação, enquadramento, etc, ajudando no dia-a-dia do comitê.

Quando eu cheguei à ANA, já havia um trabalho iniciado. Pude conhecê-lo no Fórum das Águas, em Governador Valadares. Lá, percebi a vitalidade tanto do fórum quanto das comunidades, destacando o amor pelo rio.

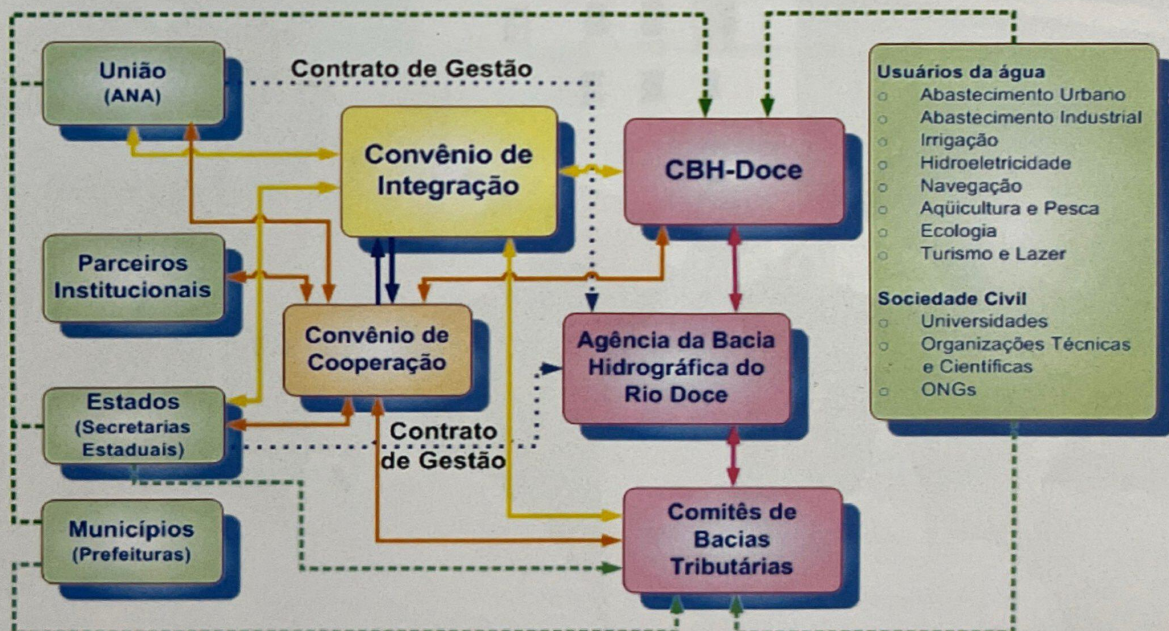
interesses. Requer, entre outros aspectos, a criação de ambientes institucionais adequados à resolução, negociação e superação dos problemas existentes. Esses ambientes são formados pela trama de múltiplos fatores, dentre os quais são decisórios: a convergência de objetivos; o entendimento por todos os atores das questões e desafios envolvidos; a criação de laços de confiança por meio de um processo de gestão ético, transparente e democrático que conduza à equidade, racionalidade e eficiência na tomada de decisões; e a construção de um sentido de identidade de bacia, um sentido de unidade de atuação harmônica, de co-responsabilidade e de co-dependência.

A criação desses ambientes de confiança e consenso pode ser tratada por intermédio de processo de construção de Pacto de Gestão das Águas entre todos os atores sociais relevantes da bacia, que consiste no

compromisso de tornar realidade concreta os princípios, objetivos e instrumentos previstos na legislação. É com a construção de pactos de gestão que a bacia hidrográfica tornar-se-á efetivamente unidade territorial de planejamento e gestão.

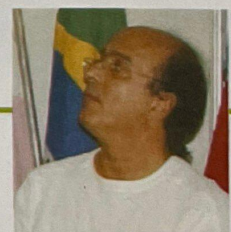
O pacto de gestão em bacias nacionais requer o entendimento e a cooperação entre a Agência Nacional de Águas e os órgãos gestores estaduais. Requer, ainda, dos estados a criação de capacidade operacional, ou seja, é necessário conferir prioridade, disposição e decisão política quanto à implantação, fortalecimento e/ou reestruturação de seus respectivos sistemas de gerenciamento. O pacto de gestão envolve também o comitê da bacia do rio principal e os comitês de bacias tributárias, além de parceiros institucionais diversos, sendo operacionalizado via convênio de integração.

Atualmente, o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce está sendo elaborado. Não seria esse o momento de construir e celebrar o Pacto de Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Doce entre a Agência Nacional de Águas - ANA, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, o Instituto Estadual de Meio Ambiente - IEMA, o CBH-Doce e os comitês dos Rios Caratinga, Manhuaçu, Piracicaba, Piranga e Santo Antônio? Plano único, Agência única, cadastro unificado, metas de qualidade pactuadas, sistemáticas e normativas integradas de outorga, cobrança e fiscalização, eficiência, eficácia e efetividade. Enfim, visão sistêmica e não patrimonialista. A bacia hidrográfica do Rio Doce, pela via da integração, poderia oferecer um exemplo de unidade e maturidade ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.



Afinal de contas, as águas de domínio da União e as águas de domínio dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais não são da mesma cor?

*Rodrigo Flecha Ferreira Alves é superintendente de apoio a comitês da Agência Nacional de Águas (ANA)





ORGULHO DA NOSSA TERRA



Sempre



visite nosso site
www.coroa.com.br



DEFINIDA A PROGRAMAÇÃO

Agora é mãos à obra

Nos dias 29, 30 e 31 de março de 2006, Colatina, ES, sediará o II Fórum das Águas do Rio Doce. A Praça do Sol Poente será o palco desse evento que, em sua segunda edição, apresentará discussões, conhecimentos e experiências envolvendo a Bacia Hidrográfica do Rio Doce em palestras, encontros, cursos, oficinas e mostras. A Feira das Águas, com estandes de instituições e, eventos paralelos vão movimentar a cidade durante três dias.

A programação está pré-definida e os primeiros contatos com palestrantes e instrutores começaram a ser feitos. Os temas foram escolhidos juntamente com os comitês de bacias e instituições promotoras e parceiras. Os coordenadores e promotores do Fórum, a prefeitura de Colatina e a sociedade civil local e regional já estão mobilizados na preparação do evento.

Parcerias - A equipe do Projeto Águas do Rio Doce conta com a parceria da Secretaria Municipal de Educação de Colatina na articulação das oficinas infantis, das visitas dirigidas dos alunos à feira, das apresentações culturais, da capacitação de professores, que

acontecerá durante o II Fórum, e da feira escolar, a grande novidade da Feira das Águas (uma ala dedicada às escolas de Colatina e região, com 30 estandes).

A secretária de Educação de Colatina, Maria Auxiliadora, acredita que “a participação dos estudantes e professores é imprescindível para o sucesso do Fórum na cidade”. Ela e a equipe da secretaria identificaram-se com o tema do II Fórum das Águas: “Eu sou do Doce”, proposto pelo prefeito da cidade, Guerino Balestrassi. Para Cleuber Melotti, um dos coordenadores do II Fórum das Águas do Rio Doce, o envolvimento da comunidade está sendo “uma importante ferramenta para o desenvolvimento dos trabalhos pré-fórum”.

Entre as atividades que estão sendo desenvolvidas com a comunidade colatinense e de cidades vizinhas, envolvendo ONGs, usuários e Poder Público Municipal, destacam-se uma descida de caiaque no Rio Doce, de Resplendor a Colatina, organizada pela ONG Alma do Rio; uma cavalgada, de Santa Tereza a Colatina, e um sobrevôo de balão, em parceria com a instituição internacional WWF.

Programação preliminar

- Oficinas infantis e para adultos sobre passado, presente e futuro da bacia
- Mini-cursos com os temas saneamento e saúde; convivendo com as águas; sistemas de alerta contra cheias; direito ambiental; políticas públicas e gestão das águas; instrumentos de gestão de recursos hídricos e elaboração de projetos
- Mostras de experiências e projetos técnicos relacionados à gestão ambiental, de recursos hídricos e desenvolvimento sustentável
- Apresentação oral e em pôsteres de trabalhos técnico-científicos selecionados sobre temas relacionados à gestão de recursos hídricos
- Encontros setoriais de: Gestores municipais, regionais e estaduais de meio ambiente e recursos hídricos; Profissionais de ensino fundamental e médio; Conselheiros de recursos hídricos do Espírito Santo e Minas Gerais; Profissionais do setor de saneamento e parlamentares da CIPE Rio Doce; Comitês e Comissões Pró Comitês do Doce
- Eventos noturnos de confraternização e integração: Noite Capixaba e Noite Mineira.





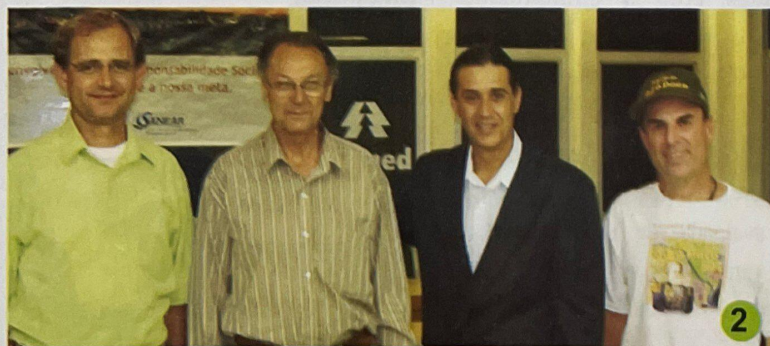
Uma maratona de eventos marcou o lançamento da Revista Águas do Rio Doce. Em todos os lugares a publicação foi recebida com alegria, carinho e votos de sucesso. Nas palavras da secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo, Glória Abaurre, “esta revista veio para ficar e consolidar a afinidade entre Minas Gerais e Espírito Santo na bacia do Doce”. A apresentação oficial da revista ocorreu no dia 24 de agosto, em Colatina, na véspera da Assembléia Geral do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce). Além dos membros do Comitê e da sociedade civil, estiveram presentes o secretário de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, José Carlos de Carvalho, o diretor geral do Igam, Paulo Teodoro e o presidente do CDH-Doce, Guerino Balestrassi.

Na seqüência vieram os lançamentos em Caratinga, durante reunião do CBH-Caratinga, e Governador Valadares, no Café Rural promovido pelo Sindicato dos Produtores Rurais.

Em Vitória, o lançamento aconteceu durante uma reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo (CERH/ES), no plenário da Assembléia Legislativa, com a participação da secretária Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo, Maria da Glória Brito Abaurre.

Para finalizar o circuito de lançamentos da Revista Águas do Rio Doce, a equipe do Projeto Águas do Rio Doce esteve em Belo Horizonte, na reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH/MG), que teve a participação do secretário adjunto de Meio Ambiente, Shelley de Souza Carneiro.

Veja as fotos que marcaram os melhores momentos dos lançamentos da revista.

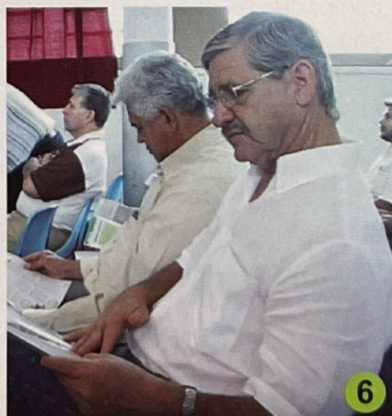
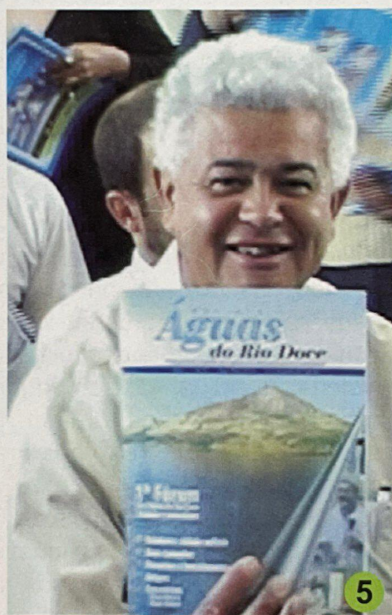
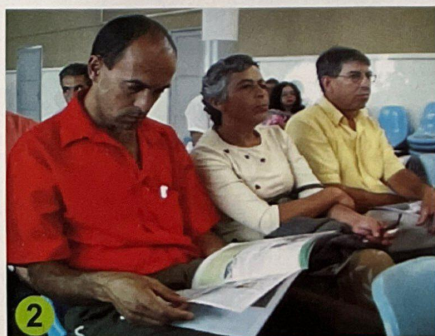
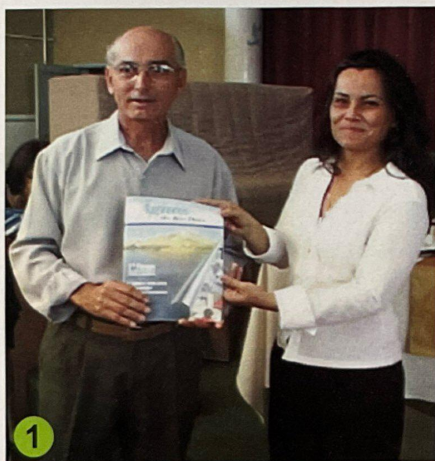


Colatina

1. Equipe do Projeto Águas do Rio Doce no lançamento da revista em Colatina.
2. Da esquerda para direita: Henrique Lobo, da Companhia Vale do Rio Doce, um dos articulistas da revista; Paulo Teodoro, diretor geral do Igam; Pedro Paulo, coordenador do Projeto Águas do Rio Doce; Paulo Randow, presidente da ONG Alma do Rio.
3. Diretora da Dimensão Montagem, Andréia, assina convênio com o Projeto Águas do Rio Doce e a Prefeitura de Colatina para a realização do Fórum de 2006.
4. Bispo Dom Décio valoriza Projeto Águas do Rio Doce pelo seu amor ao rio, e diz que a revista reflete seus ideais.
5. Dorval Uliana, presidente do SANEAR, ao lado de Lucimar Scotta, mestre de cerimônias da noite. Eles acham que a revista veio para fortalecer o 2º fórum, em 2006.

Caratinga

1. A editora Zaira entrega revista para o professor Antônio Fonseca, reitor do Unec - Centro Universitário de Caratinga, instituição parceira do Projeto Águas do Rio Doce.
2. Célio Maia, secretário de Meio Ambiente de Santa Bárbara do Leste, Maria Sabino e Osvaldo Sabino, da Associação do Córrego do Barracão - Ubaporanga/MG.
3. Membros da Câmara Técnica / de Gestão de Cheias - CBH-RC.
4. Da esquerda para direita: Rogério Menezal, diretor de Obras Hídricas do Ministério da Integração; Márcio Lisboa, professor do Unec; Ernani Campos Porto, prefeito de Caratinga.
5. Joaquim Marques Neto, representante dos produtores rurais de Caratinga no lançamento da revista em Governador Valadares.
6. Delson de Freitas, representante da Emater.



Vitória

- 7 e 8. Os coordenadores do Projeto Águas do Rio Doce apresentam a revista aos membros do CERH/ES.
9. Entrega da revista aos membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo.
10. O lançamento da Revista Águas do Rio Doce em Vitória foi transmitido ao vivo pela TV Assembléia do Espírito Santo.
11. Equipe do IEMA recebe a revista durante o lançamento em Vitória.



Coluna do Zé Dendágua

zedendagua@aguasdoriadoce.com.br

Ilustrações: Markinho



Aeu cá de novo!

Cês precisavam ver o tanto de carta, imêi e convite que recebi. Fiquei muito agradecido. Carma aê, gente, que eu vou respondê todo mundo, é que eu sô um pouco lento com as letras...

Pra começar separei três cartas. A primeira é do meu cumpadre Corgozinho, vice presidente do Comitê do Piracicaba, elogiando o espaço que a revista reservou pro Zé Dendágua. Ele prometeu que, através do Zé, vai mandar recado pra muita gente importante da bacia. Ó, cumpadre, a gente tá aqui pra isso mesmo, somar e ajudar uns aos outros.

A segunda veio do cumpadre Catatau, moço bom, conhecedor da bacia, e um dos pioneiros na defesa dos nossos rios. Ele mandou um imêi pro pessoal da redação lembrando que o meu apelido, Zé Dendágua, nasceu na descida do Rio Doce em 1996, e que ele foi o primeiro a me chamar assim.

Ó, Cumpadre Catatau, eu fico até emocionado de ocê lembrar dessa história! Me deu até vontade de convidar ocê a organizar outra descida daquela. Se ocê gostou da idéia, não esquece de me convidar. Tô doidinho pra descer o rio de novo com ocê, o cumpadre Beto, Daniel, Marco Antõe, e um monte de outros cumpadres, que faz tempu que não vejo.

A terceira é a do cumpadre Lupércio, lá de Aimorés. Na carta, ele fala com tristeza de como destruíram o nosso médio Rio Doce. E diz: até o calor tá insuportável!

Ó, cumpadre Lupércio, eu tô sabendo e muita gente também tá. É preciso juntar forças e ter coragem pra parar com essa destruição. Basta uma espiada na bacia pra vê o tamanho da desgraça. Os homens deram um nome para isso: é "passivo ambiental".

Os rios estão cheios de esgoto. Nascentes e córregos estão desaparecendo. Tem gente até comentando que as doenças estão armentando. É, cumpadre, a coisa tá mesmo feia.

Antigamente, a gente achava que os agricultores eram todos parceiros da natureza. Hoje em dia, não sei não! O eucalipto, o café, a cana estão tomando conta de tudo. O pasto acabou e o assoreamento dos nossos rios vai só aumentando. Isto sem falar no descaso das ortoridades. Tem lugar que já está virando deserto, não nasce mais nada, só a praga da aruerinha...e os homens continuam a destruir. Esta história é antiga, do tempo dos nossos bisavós que tiraram as matas pra fazer carvão pras siderúrgicas.

As mineradoras já tem mais de 50 anos que levam as nossas riquezas embora e deixam os buracos, as águas poluídas... E o pior, meu cumpadre, é que hoje, em pleno ano 2005, tá tudo se repetindo. Espia os moços cortando as montanhas de granito e levando aqueles pedrão pro estrangeiro. Naturalmente, estragando as nossas estradas com o peso, deixando pra nós um grande buraco na natureza e um monte de buraquinhos nas estradas. Eles acham que nós somos tatu? Sem contar as barragens das hidrelétricas, as granjas de porco e mais um outro tantão de coisas só

pra judiar da nossa bacia...tadinha, tá que não agüenta mais!

Sei que tem muita gente fazendo coisas boas, mas é pouco, meu cumpadre. Tamo precisando parar logo essa destruição. Todo mundo junto antes que seja tarde demais: os usuários que estão trabalhando direito, o governo, as prefeituras, e o povo interessado.

Tenho certeza que empresas como CVRD, Samarco, Cenibra, Aracruz, Belgo, CST, e tantas outras que no passado fizeram riquezas nas nossas bacias, estão dispostas a participar desse movimento. O lugar pra começar, com certeza, é os Comitês de Bacias.

Ê cumpadre, essa prosa ainda vai render pra caramba, tem muito pano pra manga, e muita conta pra pagar!

Ó gente, cês descurpe eu tá tão amargo hoje, mas é que as últimas coisas que tenho visto e ouvido mostram que essa bacia tá mesmo doente, no CTI, precisando de ajuda! Eu precisava mesmo desabafar, depois de tanta carta reclamando e mostrando as coisas ruins que vêm acontecendo com nossa bacia... fiquei nervoso! Eu vou é pescá pra acarmá.

Más acá, como diz o meu cumpadre Cláudio e minha cumadre Cristiana lá do jornal Estado de Minas "não desiste não, cumpadre. O mundo ainda tem concerto."

Inté mais pessoar...



Zé Dendágua é um sujeito nascido e bem criado nas grotas da bacia do rio Doce. Filho de gente do campo, conhece todo mundo (é chelo de compadres e comadres). Apaixonado pela sua terra, suas águas e sua gente, gosta de um bom dedo de prosa e não tem papas na língua.

Opinião do Zé Dendáqua

Ilustrações: Markinho



Agenda 21- Nova Era

Ó gente, essa tar de agenda 21 que junta o povo pra prosear sobre o futuro, é o maior barato. Cês precisam ver o trabalho dos cumpadres, Cláudio, Flamínio e dos amigos de Nova Era. Outro dia eles fizeram até exposição de fotos antigas. Eu fui convidado e tava lá. Ocê que não foi, perdeu (eu inté ganhei um chapéu novo).

Ipatinga I

De Nova Era eu, que não sou bobo, disci de trem, numa viagem danada de boa! Encontrei lá a prima Maria Brejeira. Dispois de prosear bastante, a prima me convenceu a apear na estação de Ipatinga pra visitar o cumpadre Tibúrcio, numa tar de Conferência de Meio Ambiente, quase não tive tempo de prosear com meu cumpadre, mas saí de lá animado. Deu pra ver que tem muita gente trabaiano pela nossa Bacia.

Ipatinga II

Não é que no Ipatinga eu cá

fiquei sabendo que o meu cumpadre Pedrosa tá de vorta na bacia? Agora vai ser o representante da COPASA no Comitê do Doce.

Tomara que as mesmas águas que trouxe ocê de volta possam nos ajudar a tirar os esgotos dos nossos rios.

Ilhéus I

Ó sô moço!

O tar Encontro Nacional do Fórum de Comitês, lá em Ilhéus, teve foi muita gente! Veio cumpadre e cumadre de tudo quanto é canto do Brasil. Matei a sordade dos primos e primas, que eu não via há um bocado de tempo. Tava lá o primo Zé do Brejo, do interior de Sum Paulo; Zé do Morro, da periferia do Rio de Janeiro; os irmãos Zé e Maria do Campo lá das bandas do Mato Grosso; o Zé da Grota, do Amazonas; o Zé do Agreste e até a prima Maria dos Pampas, lá do Rio Grande do Sul; fora o outro montão de primos e cumpadres espaidos em tudo quanto é lugar. Agora, vô falar a verdade: chique mesmo é que o encontro foi na beira do mar. Êita marzão bão, sô!

Ilhéus II

A c u m a d r e Aparecida que falou do CEIVAP, lembrou pra todos nós que aquele momento era o verdadeiro encontro dos bacieiros, e que a maioria dos principais rios do brasil nasce em Minas Gerais (por

essa razão, a nossa responsabilidade é maior). A comadre, mesmo doente, não perdeu a eleição dos coordenadores para o próximo mandato do Fórum.

Ilhéus III - última parte

Muita gente reclamou das chaturas das palestras do encontro, e com razão. (Até eu que sempre fico sentadinho, espiando tudo com atenção pra aprender mais um pouquinho, não güentei e fui dar uma vortinha lá pelas bandas do bar do Vesúvio, pra ver se via a Gabriela, do Jorge Amado). Agora na horinha que o cumpadre Guerino, presidente do Comitê do Doce, e o cumpadre Pedro Paulo, do Comitê do Caratinga, fizeram a palestra sobre o nosso Rio Doce...a cá, muita gente ficou emocionada. A cumadre Alice, do rio Todos os Santos, até chorou! Craro que eu, como um bom cavaleiro, emprestei o meu lenço pra ela. Mas num foi só muié que chorou, teve um caboclo lá, que subiu no palco e falou da emoção de fazer parte do Doce (mas pra ele eu não emprestei lenço nenhum).

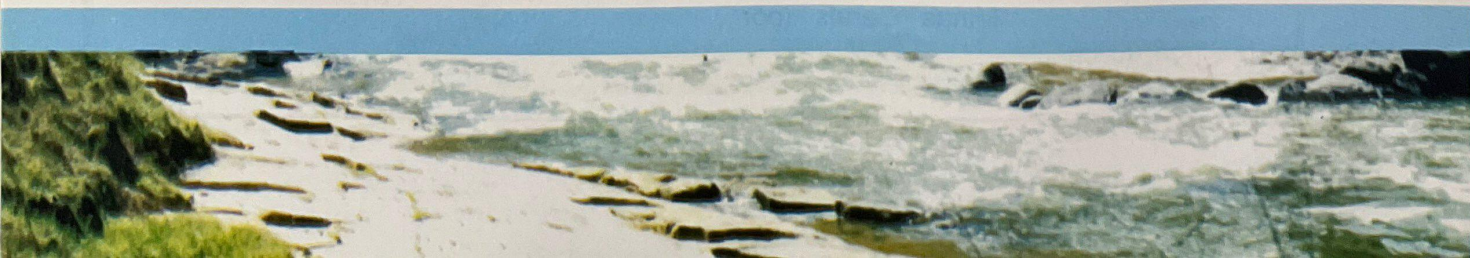




O NOSSO PAPEL
TAMBÉM É COMPROMISSO COM
O MEIO AMBIENTE

Desde sua fundação, a **SANTHER** se posiciona como uma empresa sócio e ambientalmente responsável, por acreditar que, na convivência harmoniosa com o meio ambiente, sustenta-se o seu desenvolvimento e garante-se a vida para as gerações futuras. Com base nos princípios de reciclagem e reutilização, investe fortemente na gestão dos seus recursos hídricos, apoiando o desenvolvimento de ações que busquem preservar e recuperar as águas da Bacia do Rio Doce.

 **Santher**[®]





Promotorias de Meio Ambiente do Doce

Atuação coordenada

Leonardo C. Maia*

A atual Constituição Federal define o Ministério Público - MP como uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional, "incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". Atribui a ele a promoção da ação penal pública, do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Assim se revela a missão constitucional da Instituição, de defender aqueles interesses que, sendo transindividuais, geralmente sem um titular determinado, ficariam sem atenção, não houvesse o poder constituinte criado um mecanismo para tutelá-los.

Nos termos das disposições constitucionais relativas ao meio ambiente, as questões ambientais podem repercutir em três áreas de responsabilização (a administrativa, a civil e a criminal). A tutela administrativa cabe aos órgãos do SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente. O MP é responsável pela promoção de todas as ações penais, de caráter predominantemente punitivo que somente se processam mediante ação penal pública, ou seja, nenhum deles é de iniciativa privada. No que tange às ações civis (ou cíveis), que visam reparar os danos ao meio ambiente, o MP divide, ao menos em tese, o papel de autor com as associações civis e com o chamado autor popular, que também podem ajuizar ações de proteção ao meio ambiente.

Infelizmente, neste ponto, a sociedade organizada em associações tem se mostrado hipossuficiente, ainda incapaz de expor ao Judiciário as mazelas ambientais ou de postular a reparação de danos ao meio ambiente.

Apenas para ilustrar o problema, vale dizer que, em Governador Valadares, uma das maiores Comarcas do Estado de Minas Gerais, não se registra a tramitação de uma ação civil pública ambiental sequer, que tenha sido proposta por uma associação. Todas as ações propostas (mais de uma centena) foram ajuizadas pelo MP.

Mas o próprio MP defronta-se com dificuldades no desempenho de sua missão:

a) a ainda presente falta de integração de seus órgãos, de modo que, muitas vezes, um membro do MP encontra dificuldades no trato de questões que já foram objeto de solução em Comarca, às vezes próxima;

b) a divisão de atribuições baseada na estrutura das Comarcas, que não considera o ecossistema a ser protegido, impossibilitando uma atuação racional da Instituição. Visando enfrentar o problema, o MP de Minas instalou a primeira promotoria para defesa de uma bacia hidrográfica (do Rio São Francisco).

c) a falta de especialização e o excesso de serviços, que combinados à imensidão de atribuições conferidas à Instituição (que trata de direitos da infância e adolescência, ordem econômica, ordem tributária, habitação, idosos, saúde, conflitos agrários, direitos humanos etc.) impedem parte dos Promotores de Justiça, especialmente aqueles lotados em Comarcas pequenas, de enfrentar questões complexas.

d) a falta de estrutura dos órgãos do SISNAMA, que dispõem de poucos técnicos para a realização das perícias.

Noutro passo, anotamos com otimismo que, no caso do Rio Doce, já está atuando, mesmo que ainda de forma incipiente, o Grupo Especial das Promotorias de Meio Ambiente do Rio Doce - GERD, com escopo de promover a atuação coordenada dos órgãos de execução do MP especializados na defesa do meio ambiente na bacia hidrográfica, um avanço na direção do tratamento das questões ambientais a partir do ecossistema.

As atribuições da Coordenação do GERD estão definidas no art. 4º da Resolução PGJ nº 16, de 02 de março de 2004, que enfoca a discussão das questões ambientais relacionadas ao Rio Doce, com identificação dos principais problemas ambientais relativos ao rio, assim como das possíveis contribuições do MP para a solução de tais problemas, além da difusão e multiplicação das experiências práticas bem sucedidas dos órgãos do MP, na forma de material de apoio, disponibilizado por e-mail e no site do grupo.

De tudo, extrai-se a marca que distingue o MP, que, como um rio que incansavelmente busca o mar, tem se apresentado como uma Instituição que, permanentemente, busca o aperfeiçoamento na prestação de seus serviços à sociedade, sempre à procura por um modelo eficiente de atuação e sempre avançando. O futuro apresentará seu julgamento sobre as opções adotadas pela Instituição, assim como indicará novos caminhos a serem desbravados e percorridos pelo *parquet*.

*Leonardo Castro Maia é Promotor de Justiça Especializado na Defesa do Meio Ambiente da Comarca de Governador Valadares, Coordenador-Geral do Grupo Especial das Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa do Meio Ambiente da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - GERD e Conselheiro do COPAM, unidade Leste Mineiro.

A medição individualizada do consumo de água

A medição individualizada do consumo de água é um tema que vem sendo bastante discutido e implementado em alguns estados brasileiros.

Tudo começou com o Projeto de Lei nº 787/03, de autoria do deputado federal Júlio Lopes (PP/RJ), que prevê que os novos condomínios sejam construídos com um hidrômetro para cada imóvel.

A Agência Nacional de Águas (ANA), tem estimulado as companhias de saneamento estaduais e municipais para a implantação da medição individualizada nas cidades que optaram por esta inovação. A capacitação dos entes governamentais e privados envolvidos e a difusão das experiências dos prestadores de serviços de água e esgoto são as principais estratégias adotadas na implantação do processo de medição individual.

Seguindo a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97), que trata a água como um bem finito e vulnerável, a ANA tem a missão de regular o uso da água assegurando quantidade e qualidade para os diversos usuários de forma sustentável. No caso da medição individual, o principal objetivo é a racionalização do uso da água.

O Brasil tem avançado bastante com esta inovação. Algumas capitais já contam com leis que obrigam a adoção da medição individualizada em condomínios verticais (edifícios), como acontece em Recife, Brasília e Aracaju, por exemplo. Goiânia fez diferente. A população não esperou a legislação estabelecer a norma e optou pela individualização em prédios novos e antigos. Outros estados como Rio Grande do Norte e Pará estão iniciando o processo de implementação de racionalização do uso da água em suas capitais.

Atualmente cerca de 4000 prédios no Brasil já contam com hidrômetros individuais, mas ainda não existem números precisos de economia de água. A expectativa é que, com o avanço da implementação da medição individual, seja possível obter uma considerável redução no consumo de água, a diminuição da inadimplência dos usuários e a satisfação da sociedade.

BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DA MEDIÇÃO INDIVIDUAL

Justiça social, já que cada usuário pagará aquilo que consumiu;

Redução do consumo de energia elétrica, com a redução das vazões bombeadas;

Diminuição do desperdício, por precisar vazamentos nos apartamentos;

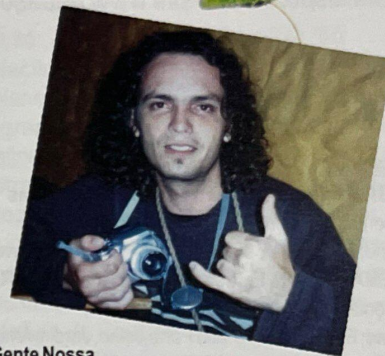
Satisfação do cliente que pagará apenas o que consumir à prestadora do serviço de saneamento;

Acompanhamento do consumo mensal pelo usuário.

Mais informações: www.ana.gov.br

Eduardo Felipe Cavalcante e Carol Braz

Espaço das águas



Congratulações

"Parabenizo a revista Águas do Rio Doce pela iniciativa de levar ao conhecimento da população a importância que a água tem nas nossas vidas".

João Bosco Senra

Secretário de Recursos Hídricos/MMA.

"Espero que a revista reforce a luta em defesa das águas e estimule a consciência de que é preciso salvar o nosso planeta".

Dione Maria Drumond Gervásio

Superintendente da SRE de Nova Era

A equipe da revista Águas do Rio Doce recebeu inúmeros e-mails, manifestações de carinho e votos de sucesso. Agradece a todos através do deputado Marcelo Santos, da deputada Elisa Costa, do deputado Ivo José, do assessor parlamentar Pedro Chagas, dos prefeitos Pedro Euzébio, de Dom Cavati, Luis Sabino, de Piedade de Caratinga, Gilson Amaro, de Santa Tereza, do vice-prefeito de Catas Altas da Noruega, Giovani Neiva, de Mônica Pertel, da UFES/Vitória, de Henrique Damásio, do Consórcio de Recuperação da Pampulha / Belo Horizonte, de José Carlos, da Microleste / Caratinga, de Jefferson Pena, do Sebrae / Belo Horizonte, de Francisco de Assis Bezerra Leite, da bacia metropolitana de Fortaleza / Ceará.

Correção

"Parabenizo pela qualidade da revista e das matérias. Venho também, solicitar que dê crédito à minha pessoa pela foto do Rio Doce inserida na capa da revista Águas do Rio Doce, Ano I, nº 01, ago/set/2005, que por sua vez foi tirada por mim, Paulo Célio de Figueiredo, durante a Descida Ecológica do Rio Doce".

Paulo Célio de Figueiredo, presidente do Instituto Pró Rio Doce / Ashoka Empreendedores Sociais
Prezado Paulo, pedimos desculpas pelo ocorrido e

informamos que a foto utilizada na capa da Revista Águas do Rio Doce nº 01 foi creditada à assessoria de imprensa da prefeitura de Governador Valadares, como consta no expediente. No entanto, fica registrado aqui o mal entendido e o crédito da foto a Paulo Célio Figueiredo.

Equipe Capixaba

A responsabilidade do desenvolvimento do projeto Águas do Rio Doce assim como da revista, no Espírito Santo, está a cargo da Rede Realiza, coordenada pelo professor Edmilson, em parceria com a MS Eventos. Juntos são responsáveis pelo cerimonial, parte técnico-científica, programação e realização do ciclo de palestras, encontros e mini-cursos.



Inclusão Digital

A revista Águas do Rio Doce foi convidada para a inauguração do Telecentro Comunitário Jacques de Oliveira Pena, em Caratinga.

A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caratinga, a Aderc, o Banco do Brasil e o Comitê Rio Caratinga. Conquista da Agenda 21 da bacia.



Gente Nossa

A revista Águas do Rio Doce abre esse espaço para homenagear em cada edição quem colabora para o nosso sucesso. Desta vez o companheiro escolhido é o fotógrafo Marcelo Sputnik que, com sua câmera, ilustra a nossa revista. Morador da Barra do Jucu/ES, proprietário do site www.visaoambiental.com, Marcelo convive com a gente há mais de dez anos, sempre em defesa das águas do rio Doce. Através de suas fotos tem contribuído para mostrar para a população os problemas e o potencial da bacia.

Homenagem dos autores

Aroeira, Daniel Araújo e Magrão

Ao rio Santa Maria, afluente do doce

(...) Santa Maria dos ingazeiros
Dos jenipapos, das gameleiras
Dos macucos, canários e mutuns!
Leva pra longe a seca e a maldade
E traz a saudade e a felicidade,
Do tempo em que menino
Aprendi a nadar,
Nas águas do Santa Júlia.
Que desce da serra e
Com o Santa Maria vem se juntar! (...)

Ai que saudade do
Rio Santa Maria
Donde parto com a certeza
Que irei voltar um dia

Eu andava nas cavernas
E pescava nas corredeiras do rio
Apreciava a passarada
E tocava viola nas noites enluradas,
Escutando o barulho da cachoeira (...)

Letra na íntegra no site:
www.aguasdoriodoce.com.br

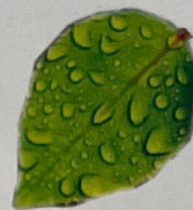
Cartas para: redacao@aguasdoriodoce.com.br ou

Caixa Postal 13 - CEP. 35.148-000

DOM CAVATI - Minas Gerais

Para facilitar que a revista chegue até você, contamos a partir deste número com uma rede de 30 instituições parceiras. Através dos contatos e da lista de endereços abaixo, você poderá adquirir este e os próximos exemplares da revista *Águas do Rio Doce*. A revista é distribuída gratuitamente e está disponível no site www.aguasdoriadoce.com.br.

Espaço das águas



Capitais

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

Contato: Carolina - Tel: (31) 2101 3308

End: Rua Santa Catarina, nº 1354, Bairro de Lourdes, BH/MG

IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Contato: Djeisan - Tel: (27) 3136 3491

End: BR 262, Km 0, Pátio Porto Velho, Jardim América, Cariacica/ES

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Contato: Célio - Tel: (27) 9943 5549

End: LABGEST, Jardim da Penha, Vitória/ES

ONG Alma do Rio

Contato: Paulo Randow - Tel.: (27) 3340 1052 - 9932-5791

End: Rua Desembargador Augusto Botelho, nº 386, Praia da Costa, Vila Velha/ES

Região do Alto Rio Doce

ABES

Contato: Márcio Pedrosa - Tel: (031) 3829.7580

Endereço: Rua Tiradentes, nº 96, Bairro Cidade Nobre, Ipatinga/MG.

APPEP - Associação Prateana de Pequenos Produtores.

Contato: Rômulo Corgozinho - Tel: (31) 3856-1700

End: Rua. Lúcio Monteiro de Oliveira, nº 110, Centro São Domingos do Prata/ MG

Associação dos Amigos da Lagoa Teobaldo

Contato: Cláudio Guerra - Tel: (31) 3285-2239

End: Rua Bonfim, nº 153, Centro, Antônio Dias /MG

CBH - Rio Piranga

Contato : Homero - Tel: (31) 3881 34 08

End: Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso, Ponte Nova/MG

CBH - Santo Antônio

Contato: Hamilton Lage Tel: (031) 3839.2312

End: Rua Iremy Barbosa, nº 66, Itabira/MG

Equipiranga

Contato: Cláudio - Tel: (31) 3481 4005 - 9764.5141

End: Praça Cel. Amantino Maciel, nº 5, Centro, Piranga/MG

Fundação Relictos

Contato: Mário Luis/Cláudia Diniz - Tel: (31) 3823 4782

End: Av. 26 de Outubro, sala 07

Centro Comercial do Bela Vista, Ipatinga/MG

Rádio Raul Soares

Contato: Geovane - Tel: (33) 9974 7741

End: Av. Governador Valadares, nº 48, sala 06, Raul Soares/MG

Secretaria de Meio Ambiente de Ipatinga

Contatos: Newton Tibúrcio/Antônio Carlos - Tel:(31) 3829 8079

Endereço: 5º andar, Sala 07, Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG

Região do Médio Rio Doce

ADERC - Associação de Defesa do Rio Caratinga.

Contato: Sandra Lúcia - Tel: (33) 3321-2608

End: Rua Cel. Pedro Martins, nº 225 sala 05, Centro, Caratinga/MG

ADERE - Associação de Defesa Ecológica de Resplendor

Contato: Alba Valéria - Tel: (33) 9974-8139 / 3263-1713 / 3263-1959

End: Rua Alexandre Barroca, nº 25, Centro, Resplendor/MG

AMOC - Associação dos Municípios da Vertente Ocidental do Caparáó

Contato: Sérgio - Tel.: (33) 3321-3319

End: Rua João Silva Araújo, nº 680, Caratinga/MG

CBH - Águas do Manhuaçu

Contato: Pe. Ronaldo - Tel: (33) 3341-1360

End: Gabinete do Prefeito - Prefeitura Municipal de Manhumirim/MG

CBH - Rio Doce

Contato: Cláudio/Magna - Tel:(33) 32 76-5477

End: Av Brasil, nº 400 , Centro, Governador Valadares/MG

Comitê Rio Caratinga

Contato: Prof. Leopoldo (FUNEC) - Tel:(33) 3329-4500

End: Av. Moacir de Matos, nº 45, Centro, Caratinga/MG

FIEMG - Regional Rio Doce

Contato: Marco Antônio - Tel: (33) 3272 4850

End: Av. Brasil, nº 400, Centro, Governador Valadares/MG

Instituto Terra

Contato: Ricardo Salgado - Tel: (33)-3267-2302

End: Fazenda Bulcão, Aimorés/MG

ONDA - Organização Não-Governamental de Defesa Ambiental

Contato: Daniel - Tel: (33)-3357-1322

End: Rua José Santana, nº 32, Centro, Dom Cavati/MG

Prefeitura Municipal de Inhapim

Contato: Normando - Tel: (33) 3315-2648

End: Gabinete do Prefeito - Inhapim/MG

Sindicato dos Produtores Rurais de GV

Contato: Afonso Bretas - Tel: (33) 32213691/ 3271-2168/ 3271-4038

End: Rua São João, Nº558, Centro, Governador Valadares/MG

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caratinga

Contato: Geraldo - Tel: (33) 3321-3324 / 3321-7652

End: Av. Ana Pena de Faria, nº 142, Bairro Limoeiro, Caratinga/MG

Região do Baixo Rio Doce

ACODE - Associação Colatinense de Defesa Ecológica

Contato: Daniel/Lucas- Tel: (27) 3177.7059 - (27)3177.7087

End: Travessa Túlio Margotto, nº27, sala 03, Colatina/ES

Colégio Marista

Contato: Alicia Bahia/Franco Nápoli - Tel: (27) 3722-1633

End: Colatina/ES

Projeto Tamar

Contato: Joca - Tel: (27) 9984.4666 - 3222.1417

End: Regência, Linhares/ES

SANEAR - Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental

Contato: Janaina - Tel: (27) 3722.4300

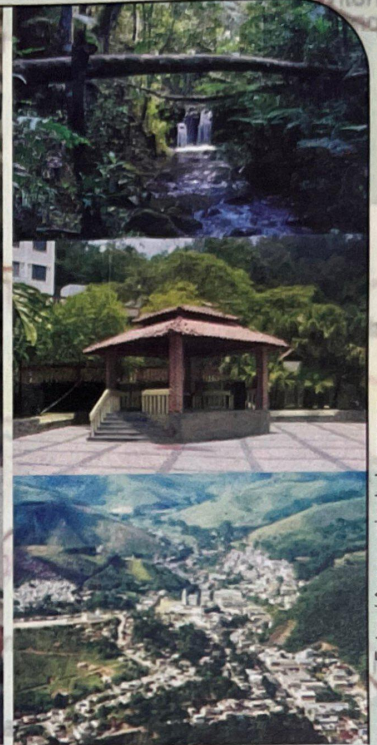
End: Rua Benjamim Costa, nº 105, Bairro Marista, Colatina/ES

Secretaria Municipal de Comunicação/Prefeitura de Linhares

Contato: Joel Vieira - Tel: (027) 3372.1923 - 9941.7232

End: Av Comendador Rafael, nº 1687, Centro, Linhares/ES

Cidades da Bacia



Fotos / Assessoria de Imprensa

MANHUMIRIM

Potencial turístico nas montanhas do Doce

Localizada nas montanhas ao sul da bacia hidrográfica do rio Doce, a cidade de Manhumirim, cujo nome, de origem indígena, significa rio pequeno, encontra-se próxima das principais vias de acesso da bacia (BRs 116 e 262), quase na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O município, com aproximadamente 20 mil habitantes, foi criado em 7 de setembro de 1923. Manhumirim é sede do Comitê Águas do Rio Manhuaçu e contribui com várias nascentes, na parte alta das montanhas, para formação dos seus afluentes Ribeirão Jequitibá e Rio José Pedro.

Outra referência de localização para a cidade de Manhumirim é o Pico da Bandeira, o ponto mais alto da bacia do Doce, que fica no Parque Nacional do Caparaó. Apesar do

desmatamento da região, o município ainda mantém boa cobertura remanescente da Mata Atlântica.

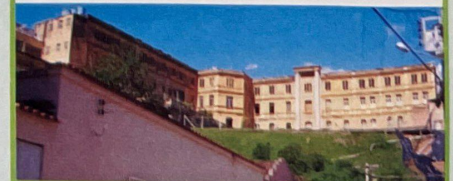
Hoje o município tem sua economia fundamentada na produção de café e no comércio, mas tendo em vista o grande potencial, começa a se preparar para a implantação do turismo ecológico, de forma sustentável, garantindo assim a preservação dos seus atrativos. Entre eles destaca-se o Parque do Sagüi, considerado o maior parque ecológico municipal de Minas Gerais, com 375 hectares. Ele faz parte do recém-criado Circuito Turístico Pico da Bandeira, que oferece, entre outras atividades, passeios, rapel, área de camping e *trekking*, além de águas cristalinas e Mata Atlântica.

Patrimônio

Uma das mais belas obras arquitetônicas da cidade é o Seminário Apostólico de Manhumirim, sonho do padre Júlio Maria, cuja construção começou em 1931. A primeira parte foi inaugurada em janeiro de 1933, mas só em 1936 a obra estava completa. Em 1939, o padre Júlio Maria, já com mais de 60 anos, batalhou para dar início a um outro sonho, a construção do Colégio Pio XI, inaugurado em 1941.

O Colégio Pio XI, em toda sua história, contribuiu para a formação de grandes expoentes da religião, das artes, da política e das ciências.

Agora o prédio vem passando por uma reforma, custeada com o apoio do governo federal, para garantir a preservação desta obra tão importante para a educação.



O nome Manhumirim, de origem indígena, significa rio pequeno



*A história de Manhumirim começa no século XIX. Após a vinda da família real para o Brasil em 1808, o rei Dom João VI ordenou que fosse construída uma estrada ligando a antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto, MG, ao porto de Vitória, ES. O objetivo era economizar tempo e diminuir os riscos no transporte do ouro, diamante e outras riquezas minerais. Para dar segurança ao percurso foram construídos vários postos de controle policial chamados quartéis. Os postos garantiam estadia tranqüila para tropeiros e viajantes. Em torno deles cresciam entrepostos

comerciais e muitas pessoas se estabeleciam com objetivos mercantis. Assim, em torno do quartel de Manhumirim, surgiu o pequeno povoado denominado Arraial do Senhor Bom Jesus de Pirapetinga (salto do peixe branco), que mais tarde veio a ser a cidade de Manhumirim.

Por falta de interesse no percurso, a via sofreu falta de manutenção e a estrada real Dom João VI acabou abandonada. Hoje o Quartel de Manhumirim é sede da Fazenda Quartel, onde ainda há vestígios da estrada, toda calçada com pedras trabalhadas à mão.

*Fonte: Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Manhumirim

Água e vida. Água é vida.

Pode parecer que falar sobre água nos últimos tempos tenha virado modismo. Acredito que não.

Nos últimos dias, falou-se da água que faltava na Amazônia. Do excesso dela em Nova Orleans. Da falta no Nordeste, do excesso na Europa. Tudo parece contradição. Pouco. Muito. Quase nada.

Sempre se fala da água. Sempre também se fala da vida. Vida que é tirada, vida que é transformada, vida difícil, vida sem ou com sentido.

Estamos sensibilizados para fazer a vida acontecer, e por isso, precisamos também fazer a água acontecer. Por quê? Porque água

é vida; e sem fazer conclusões precipitadas, quero dizer que na Bíblia, o Deus Vivo revelado em Jesus Cristo, disse: "Eu sou a ressurreição e a vida..." (Jo 11, 25). Sem água não há vida, sem água não existe o ser humano. Deus, sendo vida, poderíamos afirmar que Deus é água? Sem pensar no Panteísmo grego, mas pensando que cuidar da água é também cuidar da vida de Deus.

Não quero fazer da água uma religião, mas se lhe dermos o valor devido, vamos promover ainda mais a vida, e mais o que o próprio Jesus falou: "Eu vim pra que tenham vida, e a tenham em abundância" (Jo 10, 10).

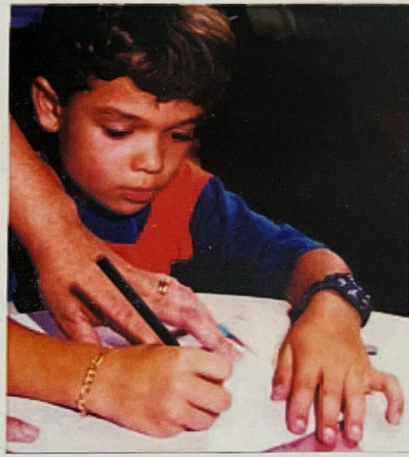
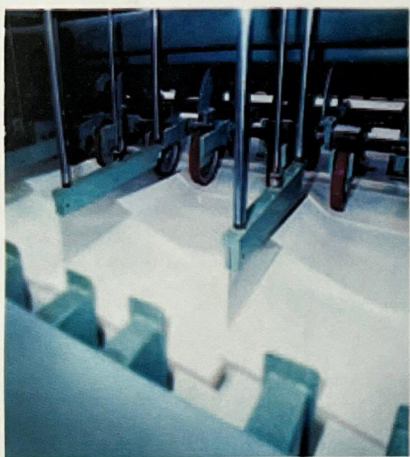
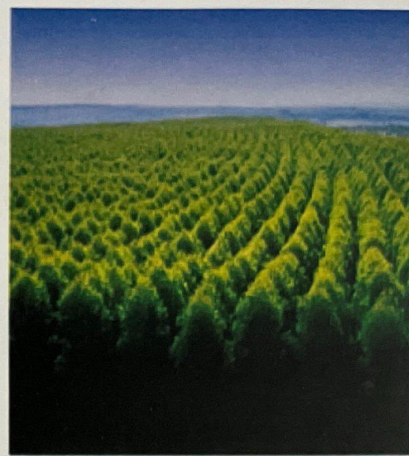
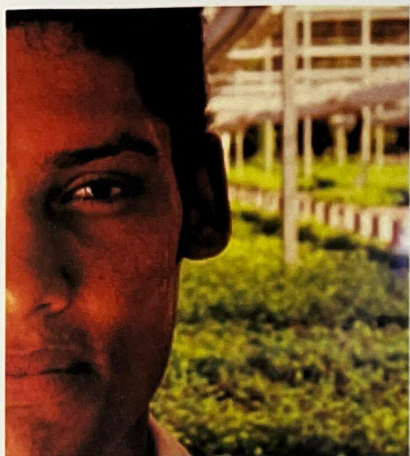
Água boa, água de qualidade,

água para todos, água limpa, e tudo mais de bom que a água pode nos proporcionar. Essa deve ser a nossa luta sempre. Viva a vida! Viva a água!

Ronaldo Lopes Correa*



*Prefeito de Manhumirim e presidente do Comitê Águas do Rio Manhuaçu.



TODA GRANDE CONQUISTA É FRUTO DE CADA DETALHE.

CENIBRA recebe FSC e Cerflor.

A CENIBRA é a primeira empresa do seu segmento a receber, simultaneamente, as certificações do Conselho de Manejo Florestal - Forest Stewardship Council (**FSC**) e do Programa Nacional de Certificação Florestal (**CERFLOR**). Estas conquistas demonstram um processo desenvolvido dentro das normas exigidas

e a certeza de que a empresa cumpre suas responsabilidades, promovendo um bom manejo florestal. Para a região, significa investimentos, desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente. Para a CENIBRA, as certificações são resultado da busca contínua por melhorias e pela excelência em suas atividades.



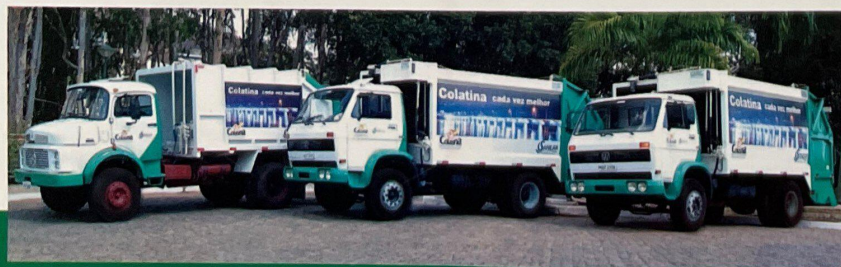
Celulose Nipo-Brasileira S.A.



A frota é nova e está mais bonita. Mas as boas notícias não param por aí.

O Sanear renovou sua frota de veículos coletores de lixo. Além de bonitos, os novos caminhões recolhem mais toneladas em menos tempo e, por isso, foi possível ampliar o número de domicílios atendidos e a frequência da coleta em diversas localidades. Com mais esse investimento, o Sanear contribui para Colatina ficar cada vez melhor.

A gente sabe que cidade limpa é sinônimo de qualidade de vida.



SANEAR
Serviço Colatinense de Meio Ambiente e
Saneamento Ambiental

Colatina
PREFEITURA MUNICIPAL
Desenvolvimento para todos.

“Entregue seu lixo ensaculado nos locais e horários indicados para coleta.”